

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

GABRIEL JUBRAN MIRANDA

**O PARTIDARISMO NEGATIVO E A REJEIÇÃO ELEITORAL NO BRASIL:
UMA RETROSPECTIVA SOBRE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS**

BRASÍLIA, 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

GABRIEL JUBRAN MIRANDA

**O PARTIDARISMO NEGATIVO E A REJEIÇÃO ELEITORAL NO BRASIL:
UMA RETROSPECTIVA SOBRE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS**

Monografia a ser apresentada no curso de bacharelado em Ciência Política da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção de título de bacharel em Ciência Política. Área de concentração: Comportamento político e eleitoral.

Orientador: Prof. Dr. Luis Felipe Miguel

Brasília

2023

Agradecimentos

Se a política antes da experiência universitária já fazia parte do cotidiano de minha vida, foi depois de seu início que tomou conta dele como um todo. Escolher viver em Brasília para estudar um tema difícil, angustiante e desafiador, distante dos parentes e sem conhecer ninguém, foi um tanto complexo. Mas, por uma mistura de sorte ao acaso e boas amizades na trajetória, a cidade, tão diferente das demais, me acolheu de forma satisfatória.

Em primeiro lugar, portanto, agradeço à família e aos amigos. Aos meus pais, pelo suporte financeiro. A eles também, e aos amigos e parentes, pelo suporte emocional, muito mais importante.

Agradeço também o Instituto de Ciência Política da UnB, através do qual pude compreender a complexidade dos temas tratados pela Ciência Política e da riqueza das ideias debatidas.

Ao professor Luis Felipe Miguel, com quem aprendi muito sobre ciência, sobre política e, especialmente, sobre Ciência Política, meu muito obrigado. Sua capacidade analítica é impressionante. Luis Felipe é um daqueles autores em que li tudo o que já publicou e, ainda assim, continuo revisitando seus escritos recorrentemente e incansavelmente.

Fica também meu agradecimento à Arko Advice, escritório onde me profissionalizei e atuo, pois foi ali que entendi a real dinâmica e o equilíbrio entre a política teórica e o jogo real da política brasileira.

Por fim, à Brasília, com todos os nossos embates ao longo dos últimos anos, me acolheu e hoje posso dizer que aprendi a gostar de morar aqui.

Resumo

O presente texto possui o objetivo de analisar as principais abordagens na literatura da Ciência Política sobre o comportamento eleitoral pela rejeição, especialmente a respeito do conceito de “Partidarismo Negativo”, e propor uma interpretação sobre o comportamento eleitoral brasileiro em eleições presidenciais do país, sob a ótica da rejeição. O fenômeno mencionado trata de um comportamento eleitoral específico, no qual eleitores são guiados pela rejeição aos partidos adversários, e não pela adesão partidária ou reconhecimento nos programas de governo apresentados pelo candidato escolhido. Não se trata de afirmar que eleições brasileiras são guiadas exclusivamente pelo sentimento de rejeição a adversários, como sabe-se que não é, mas trata-se de analisar a presença do fenômeno da rejeição a partidos e políticos enquanto definidora de uma quantidade importante de votos, aliado a outros cálculos e sentimentos definidores do voto.

No Brasil, desde a redemocratização, as eleições presidenciais concentram uma quantidade enorme de votos entre o candidato do Partido dos Trabalhadores e o principal adversário que consiga canalizar o voto antipetista. Tal característica, presente em todas as eleições presidenciais desde a redemocratização (ainda que em proporção pequena em 1989, 1994 e 1998), é indício da presença do Partidarismo Negativo e da importância da rejeição eleitoral, dada a presença de inúmeros candidatos no pleito com diversos programas de governo distintos, mas que, de fato, não conseguem galgar espaço para além dessa dicotomia.

Portanto, a tese central é que a ausência de adesão partidária significativa no país aliada a alta rejeição a determinados polos políticos no Brasil cristaliza e fideliza uma boa parte do eleitorado para o voto negativo, portanto, contra determinado grupo. De um lado, o PT. De outro, o principal candidato do antipetismo, passando de Collor aos tucanos e, recentemente, Bolsonaro. Para a análise, contamos com dados do Tribunal Superior Eleitoral, do Instituto DataFolha, do órgão Latinobarômetro e do ESEB para a sustentação dos argumentos. Nos resultados, concluímos que há uma cisão entre petistas e antipetistas que é significativamente maior e mais relevante que os meandros da disputa partidária em sua característica tradicional.

Palavras-chave: Eleições, comportamento eleitoral, partidarismo negativo, PT, voto antipetista.

Abstract

This text aims to analyze the main approaches in the Political Science literature on electoral behavior by rejection, especially regarding the concept of “Negative Partisanship”, and propose an interpretation of Brazilian electoral behavior in presidential elections in the country, under the perspective of rejection. The mentioned phenomenon deals with a specific electoral behavior, in which voters are guided by rejection of opposing parties, and not by party adherence or recognition in government programs presented by the chosen candidate. It is not about stating that Brazilian elections are guided exclusively by the feeling of rejection of opponents, but about analyzing the presence of the phenomenon of rejection of parties and politicians as defining a significant number of votes, combined with other calculations and defining feelings. of the vote.

In Brazil, since redemocratization, presidential elections have concentrated an enormous number of votes between the candidate of the Workers' Party and the main opponent who manages to channel the anti-PT vote. This characteristic, present in all elections since 1989 (although in small proportion in 1989, 1994 and 1998), is an indication of the presence of Negative Partisanship, given the presence of numerous candidates in the election with different government programs, but who, in fact, cannot gain space beyond this dichotomy.

Therefore, the central thesis is that the absence of significant party membership in the country combined with the high rejection of certain political poles in Brazil crystallizes and retains a large part of the electorate for the negative vote, therefore, against a certain group. On the one hand, PT. On the other hand, the main anti-PT candidate, going from Collor to the toucans and, recently, Bolsonaro. For the analysis, we relied on data from the Superior Electoral Court, the DataFolha Institute, the Latinobarômetro body and the ESEB to support the arguments. In the results, we conclude that there is a split between PT and antiPT that is significantly larger and more relevant than the intricacies of the party dispute in its traditional characteristic.

Keywords: Elections, electoral behavior, negative partisanship, PT, anti-PT vote.

“Não são os políticos que governam o mundo.
Os lugares de poder, além de serem supranacionais, multinacionais,
são invisíveis”

José Saramago

1993

Sumário

- 1.0) Introdução: representação e rejeição
- 2.0) Uma revisão do *Negative Partisanship* na literatura estadunidense: Democratas x Republicanos.
- 3.0) O partidarismo negativo e a rejeição no campo eleitoral brasileiro
 - 3.1) O petismo
 - 3.2) O antipetismo
 - 3.3) A disputa
- 4.0) As eleições presidenciais no Brasil e a rejeição
 - 4.1) 1989
 - 4.2) 1994
 - 4.3) 1998
 - 4.4) 2002
 - 4.5) 2006
 - 4.6) 2010
 - 4.7) 2014
 - 4.8) 2018
 - 4.9) 2022
- 5.0) Conclusão
- 6.0) Referências bibliográficas
- 7.0) Notas

1.0) Introdução: representação e rejeição

O Partidarismo Negativo (*Negative Partisanship*) é o nome dado ao fenômeno eleitoral em que o processo de escolha do voto a um partido é guiado pela rejeição a um outro partido ou aos seus candidatos, e não pela adesão programática e concordância ideológica com o partido ou candidatos escolhidos.

No processo de escolha representativa, os eleitores submetem uma série de questões valorativas, como posicionamentos políticos, ideológicos, culturais, sociais e religiosos para tomar a decisão do voto. Há um cálculo a ser feito, para que a escolha do representante seja para o que mais se aproxime dos objetivos almejados pelo representado. É um ordenamento de preferências.

Em regimes democráticos representativos, cujo modelo de representação divide representantes de representados, há de se concentrar tais questões valorativas na decisão de escolha dos representantes através de um voto, em um candidato. Pela complexidade das dinâmicas sociais que envolvem o humano, não é possível que se tenha em um representante a absoluta concordância de pautas, que incluem adesão a determinadas ideias e rejeição a outras. Em alguma medida, o representante diverge da forma com que seus representados pensam e se posicionam.

Ainda assim, reconhecida a incapacidade sistêmica de um modelo representativo ser, de fato, um espelho da comunidade que deveria representar, há, em alguma medida, fatores que levam os eleitores a realizar cálculos eleitorais que aproximem suas ideias e ideais políticos de candidatos a representantes. Do lado dos representantes, há também cálculos políticos realizados que os trazem mais para perto ou que os afastam de sua base eleitoral. Nos termos de Young, a representação é necessária no sentido em que pessoas não podem estar presentes em todos os organismos deliberativos e, ainda se pudessem, é numericamente inviável que todos tivessem direito a fala, por exemplo. Young reconhece que é impossível que os 'atributos essenciais dos eleitores' sejam captados pelos representantes de forma completa. A lacuna existe, portanto (Young, 2000, pp 140-187).

Tal separação, ou especialização dos governantes, é necessária. Porém, a autora reconhece que há, nesse processo de representação, mecanismos que determinam a proximidade e a conexão entre esses dois polos, como os mecanismos de prestação de

contas e o de autorização ao exercício do mandato. A vontade coletiva que, como visto, não pode ser alcançada em sentido absoluto pela complexidade dessas relações, busca, nesse sentido, formas efetivas de representação que atinjam um patamar minimamente satisfatório.

Tal concepção de representação, ainda em Young, teria, portanto, como principal problema normativo a desconexão entre o representante único e os muitos que ele representa. A complexidade envolvendo os interesses, as opiniões e as perspectivas dos representados entram conflito com as práticas políticas, que envolvem profissionalização e dinâmicas próprias que usualmente afastam os eleitos dos eleitores. Nesse contexto, o processo de escolha do representante envolve não só questões materiais e simbólicas, mas também as expectativas depositadas nessa representação.

Luis Felipe Miguel, em *Democracia e Representação* (2013) sintetiza a complexidade dessa dinâmica em 4 desafios principais: A separação entre governantes e governados, que concentra as decisões em uma minoria de eleitos; a formação de uma elite política distanciada da massa da população, que, por conta da especialização necessária, cria distâncias; a ruptura do vínculo entre as vontades dos representantes e as vontades dos representados, pela diferenciação de interesses; e, por fim, a distância entre as promessas e compromissos eleitorais com o dia a dia do exercício do mandato.

Dessa forma, o ideal da representação democrática é cercado de desafios. Miguel (2013) destaca obra de Hanna Pitkin (1967), na qual a autora chama a atenção para a polissemia do termo “representar”, que confunde e dificulta a interpretação sobre a ideia. As diferentes formas possíveis de se representar algo ou alguém, como a atuação em um palco representando um personagem, a atuação da advocacia representando interesses de outros, a representação artística de imagens, a representação simbólica como bandeiras de países, a representação estatística de populações em pequenos grupos, entre outras, explicitam a complexidade da ideia de se representar vontades, preferências e agendas políticas através do modelo representativo vigente. Pitkin prefere a compreensão da representação política como uma ‘autorização dos representados e da accountability dos representantes diante dos representados’ (Miguel, 2013, p18).

Tal distinção, ressalta Miguel, é válida para que haja permanentemente a crítica e a busca pelo controle nessa representação. Caso contrário, ter-se-ia a ‘exacerbação utópica do princípio representativo’ de Pierre Rosanvallon⁴, na qual tem-se a compreensão de que

os representantes são os próprios representados em outro corpo (Rosanvallon, 1998, p. 306-7). Tal distinção de que a representação remete a um objeto ausente e não supre sua ausência é fundamental, destaca Miguel (2013, p. 20).

No tal somatório valorativo das escolhas eleitorais mencionado, parte fundante do modelo político representativo, a rejeição a projetos políticos também é uma característica importante. A discordância com temas e propostas está entre os aspectos que levam à essa decisão. É partindo desses pressupostos que a Ciência Política percebe não só a existência, mas também a ascensão do Partidarismo Negativo, no qual a escolha do voto é definida pela rejeição a um partido, no lugar da adesão programática a outro.

Por uma série de razões que o trabalho presente não buscará explicar, é notória a crescente insatisfação de eleitores com o sistema democrático de governo, que não consegue cumprir expectativas depositadas nos representantes, como aponta, entre outros organismos internacionais, o IDEA². Com isso, a descrença no modelo representativo e um aumento do tensionamento político entre instituições nos países contribuem para a expansão do Partidarismo Negativo.

Como destaca Miguel, é notória a deterioração da confiança nas instituições políticas representativas. Há, também, um crescente declínio do comparecimento eleitoral e um esvaziamento dos partidos políticos. Ao mesmo tempo, ocorre uma diluição da fidelidade partidária tradicional e as características e atributos pessoais dos candidatos se sobressaem, em detrimento ao partido político (Miguel, 2013, pp 98-101).

No aspecto da rejeição, há, em boa parte do eleitorado, a clara noção de quem não se vota, de quem não se é, e de quem não os representa. Dados do TSE de filiação partidária³ e as mencionadas pesquisas eleitorais de reconhecimento e assimilação partidária demonstram isso. Porém, não há, em contrapartida, a mesma sintonia com o representante no aspecto positivo. Não se sabe exatamente quem o representa, nem em qual partido político deve-se depositar a expectativa da representação positiva. Sabe-se de forma mais concreta em quem não se vota. E, por contradição, aquele que concentra a maior capacidade de derrotar aquele que se escolheu como rejeitado, é o escolhido como representante.

Neste cenário eleitoral, o Brasil, por sua vez, possui como sua característica principal em eleições presidenciais, desde a redemocratização, a presença de um candidato do

Partido dos Trabalhadores e o seu principal rival, que concentre os votos antipetistas, como os principais candidatos à presidência da República.

Das 9 eleições presidenciais que aconteceram desde então, 7 foram decididas no segundo turno. Dessas 7, a disputa estava entre o candidato do PT e o principal adversário. E nas duas que foram decididas já no primeiro turno, com vitória de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), com posições invertidas das demais, Lula foi o segundo candidato mais votado.

Chama a atenção o fato de que para o eleitorado brasileiro, a satisfação com o modelo vigente de representatividade tem diminuído com o tempo, como indica o IDEA⁵, ao mesmo tempo em que tal característica eleitoral para candidaturas presidenciais se mantém. Há de se buscar entender, portanto, o porquê de as eleições brasileiras estarem tomadas pelo fenômeno descrito, em que a adesão partidária é menos importante que uma rejeição ao adversário. Dessa forma, é esta a tese central do texto, de que esse congelamento do cenário de disputa presidencial pode se dar não mais pela adesão partidária ou pelo reconhecimento ideológico, mas pela rejeição ao “outro lado”, já que se trata de polos fortíssimos da política brasileira: o petismo e o antipetismo.

Dentro do PT, Lula foi o candidato presidencial das eleições de 1989, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2022. Dilma Rousseff foi a escolhida para as campanhas de 2010 e 2014. Fernando Haddad, por sua vez, foi o candidato em 2018. No campo antipetista, a concentração se deu especialmente no PSDB, mas que com a entrada de Bolsonaro, viu-se que não se tratava de adesão partidária aos tucanos.

Em 1989, em uma lógica própria, a eleição foi concentrada na figura de Fernando Collor. O tema é abordado logo à frente. A partir daí, com o fim trágico de seu governo, Collor vê os votos contrários ao petismo migrarem ao PSDB, conquistado com o Plano Real de FHC, ministro de Itamar Franco, eleito vice na chapa de Collor. E o cenário fica dessa maneira até 2018, concentrado em petistas e peessedebistas, quando Jair Bolsonaro altera o equilíbrio “padrão” de mais de 20 anos. Em 1994 e 1998, Fernando Henrique Cardoso foi o candidato tucano. Em 2002 e 2010, José Serra. Em 2006 e 2018, Geraldo Alckmin. E em 2014, Aécio Neves. São muitos os nomes, portanto, que concentraram o voto antipetista. Em 2018, como dito, Jair Bolsonaro captura de forma massiva esse eleitorado. Da mesma forma, o fez em 2022.

Portanto, vê-se que de Fernando Collor, passando pelas décadas de domínio tucano, e depois para o bolsonarismo, o voto antipetista, que levou os candidatos ao segundo turno ou à vitória em todas as eleições, parece ter uma definição clara: o eleitorado antipetista sabe em quem não votará, mas não estruturou um programa claro de governo através de um partido político, dadas as importantes diferenças políticas entre os candidatos citados e seus partidos.

Já do lado petista, têm-se um cenário mais claro, mas que ainda assim também concentra votos de rejeição, em menor expressão. O PT, por uma série de razões, se consolidou como o principal partido da esquerda brasileira. Ao longo de sua trajetória, conseguiu eleger presidentes da República por 5 vezes (Lula em 2002, 2006 e 2022; Dilma Rousseff em 2010 e 2014). Além disso, nas eleições que foi derrotado, estava (todas as vezes) na segunda posição entre os candidatos votados. Dessa maneira, sugere-se que muitos eleitores, tendo de forma definida a noção de que os adversários antipetistas não o representam, escolhem, em um cálculo de rejeição a esses adversários, o PT como o partido que levará seu voto para o posto de presidente da República. Somados aos votos de base partidária do PT, têm-se um partido fortíssimo.

É fundamental ressaltar que rejeição e Partidarismo Negativo são objetos distintos. Este é um fenômeno que resulta daquele. A rejeição faz parte do jogo eleitoral. Afeta e atinge todos os partidos e candidatos. O Partidarismo Negativo, por sua vez, é uma situação ímpar, em que a rejeição massiva ao partido conduz o eleitorado a definir seu voto pela rejeição definitiva a esse partido, utilizando dessa rejeição como seu principal instrumento decisório. Dessa maneira, a fim de contribuir com o debate sobre comportamento eleitoral e sobre a rejeição enquanto fator importante para a escolha do voto, o presente texto tem como objetivo:

- a) Analisar os principais escritos sobre o *Negative Partisanship* e propor uma interpretação do fenômeno para a política brasileira;
- b) Definir uma tese a respeito do comportamento eleitoral brasileiro em eleições presidenciais que, nos diferentes cenários políticos que o país viveu desde o fim da década de 1980, apresenta uma característica definidora na eleição presidencial, o petismo *versus* o antipetismo, em eleições de rejeição forte. Há

espaço de atuação para o Partidarismo Negativo nesse cenário ou trata-se apenas de rejeição eleitoral? É o que se busca entender.

Se o partidarismo negativo trata do fenômeno descrito, em que a rejeição a um partido e seus candidatos é a definidora do voto, o partidarismo por sua vez, seria a relação ou vínculo entre o eleitor e o partido político que resulte em orientação e influência política no processo de análise política do eleitor, em sentido positivo, propositivo. Esse eleitor partidário, portanto, busca em um partido político os instrumentos necessários para avaliação das questões políticas de seu tempo, manifestando preferências e posicionamentos conforme valores e norteamientos partidários. É um importante componente do processo de escolha política.

Porém, como mencionado, tal alinhamento está em declínio. Como destacam Paiva, Krause e Lameirão (2017), há linhas de pensamento que creditem tal questão a uma crise da democracia representativa. Outras, por sua vez, afirmam que os modelos de representação atuais retiraram os partidos políticos do centro de decisão de preferências eleitorais (Manin, 1995). E há também quem afirme que as novas dinâmicas de comunicação modernas através das tecnologias hodiernas estariam sobrepondo a comunicação direta entre eleitores e políticos, a despeito da intermediação partidária (Torcal, Gunther e Monteiro, 2001).

Como afirmam Medeiros e Noël (2013), avaliações negativas são tão ou mais fortes que as boas experiências e, por essa razão, a rejeição no campo político possui um componente muitas vezes negligenciado, mas que tem se mostrado como definidor em campanhas políticas. Em 2008, dados trazidos por Moisés e Carneiro apontavam que 77% dos eleitores brasileiros não se aproximavam de nenhum partido político. É o campo perfeito para a propagação do partidarismo negativo, como produto intensificado da rejeição eleitoral (Moises, Carneiro, 2008, pp 1-42).

Retomando *en passant* os problemas acerca do ideal de representação, ainda que a ideia de democracia representativa seja uma contradição de termos, como explica Luis Felipe Miguel, dado que a democracia exigiria uma participação do todo, e a representação é a seleção de alguns para exercer essa função, por conta de questão numérica das populações e da complexidade dos temas debatidos, ela possui alguma razão de ser (Miguel, 2013). Parte das distorções presentes são, por exemplo, a concentração

do poder financeiro e do poder midiático. Ainda assim, os eleitores, imersos em um sistema representativo e cientes da lógica vigente, agem de modo com que “a cada quatro anos todas as energias e esperanças se concentram nas eleições” (Miguel, 2016, p35). Porém, isso não isola a tal crise de representatividade percebida. A realização da eleição não inibe os descontentamentos com o ideal representativo. A crise é fruto não só de um ‘esgotamento de ilusões’ com os limites da representação, mas também de uma ‘ampliação real da impermeabilidade do sistema político às vozes do cidadão comum’ (Miguel, 2022, p 39). Ainda assim, o período eleitoral é uma das principais chances do eleitorado manifestar sua preferência e a direção da formulação da agenda política.

Em Anthony Downs, encontra-se que o voto seria determinado por 3 fatores principais. O primeiro trata-se do interesse próprio, em que os representados buscam, nos representantes, características que possam ser convertidos em benefícios práticos ao longo do mandato. O segundo é a ideologia partidária, ou identificação partidária, que trata do reconhecimento de um eleitor nas pautas de um partido político. O terceiro, por fim, trata da crença política, em que o eleitor busca um representante com os mesmos valores e visões acerca do mundo (Downs, 1957).

O que é notado, porém, é que com a ascensão da rejeição e do partidarismo negativo enquanto critério de voto, há a intensificação dessa forma de escolha, como dito. Tais formas de rejeição, que não entram nos cálculos de Downs de forma direta, parecem estar cada vez mais presentes na lógica eleitoral. Dessa maneira, é fundamental analisar o fenômeno, especialmente em sua ação nas eleições presidenciais do Brasil.

2.0) Uma revisão do Partidarismo Negativo na literatura mundial

O conceito do partidarismo negativo (*Negative partisanship*) é utilizado para explicar um fenômeno relativamente recente, citado a partir da década de 1960 na literatura europeia e estadunidense sobre comportamentos eleitorais específicos de rejeição, que passam por notável intensificação em contextos polarizados (Abramowitz, Webster, 2015; Hetherington, 2001).

Há a percepção de que é crescente o número de eleitores que busca tomar a decisão do voto guiado pela repulsa ao partido político adversário, e não pela identificação ao

programa partidário e pelas ideias dos candidatos. A disputa, para um número enorme de eleitores, se daria pela rejeição a alguns e não pelos programas de governo ou pelo apoio positivo. Dessa forma, o campo político eleitoral se encontra mais esvaziado do que seria um patamar satisfatório, dada a diminuição da importância de projetos, ideias e alianças positivas.

Em Abramowitz e Webster (2017), a política americana, por exemplo, se tornou uma espécie de disputa esportiva, em que os partidos usam da rivalidade para canalizar o ódio do eleitorado ao partido rival para ganhar adeptos. Republicanos, dizem os autores, podem não amar o presidente, mas absolutamente detestam os adversários Democratas. Da mesma forma, o oposto também é percebido.

Com efeito, há uma fidelização de votos no partido que representa a principal oposição ao candidato rejeitado, que se dá não pela adesão ideológica positiva (Bartels, 2000; Abramowitz, 2015), mas pelo papel de opositor. Ao mesmo tempo em que o eleitorado americano apresenta, com o passar do tempo, índices cada vez maiores de votos em todas as esferas (executivo e legislativo, nas esferas municipais, estaduais e federal) em um mesmo partido (*straight-ticket voting*), há os menores índices de identificação partidária da história. Em um paradoxo, o aumento da fidelidade partidária se dá simultaneamente ao menor reconhecimento naquele partido em que se vota. (Abramowitz, Webster, 2015).

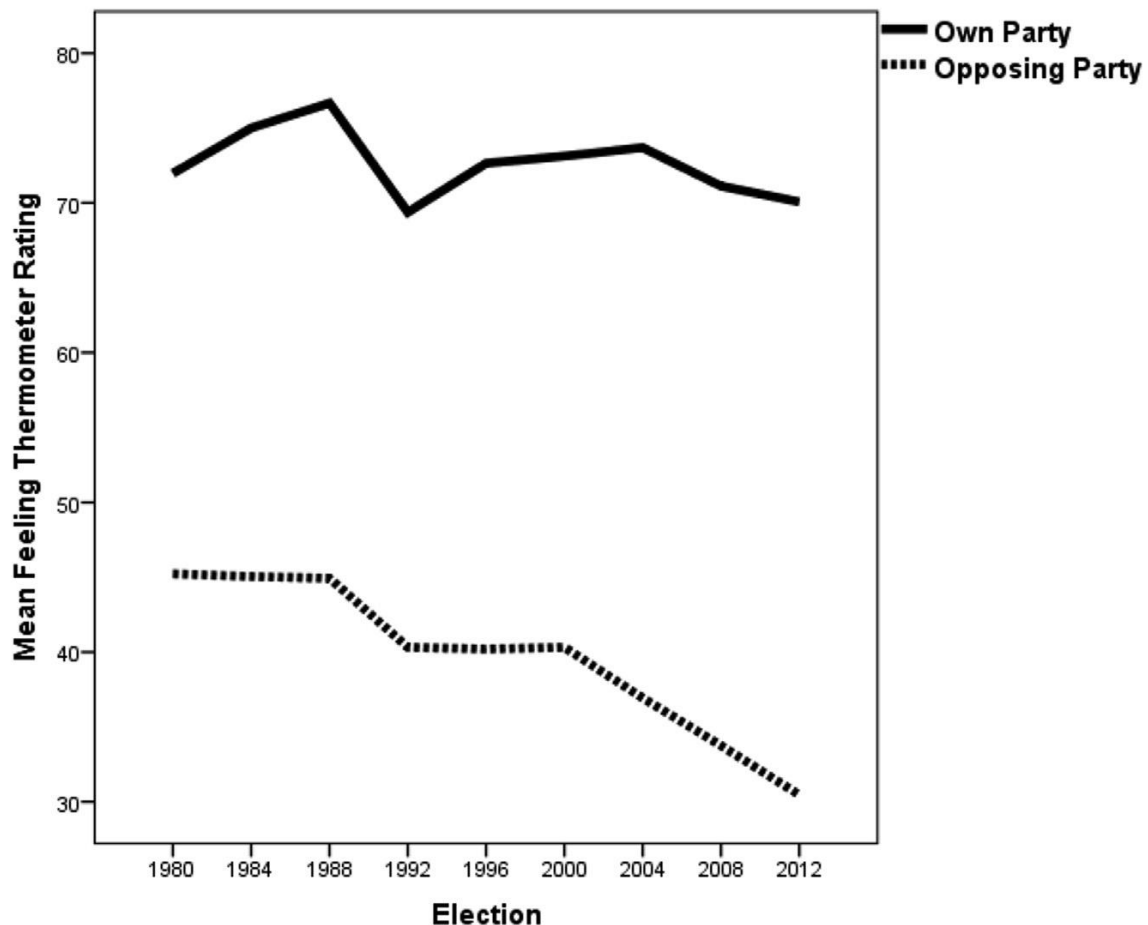
Dessa maneira, há uma tendência de que, como a união entre esse eleitorado e seu candidato escolhido se dá pelo repúdio ao outro, passado o período eleitoral, quando este não está mais na disputa e o vencedor toma posse, haja uma perda significativa e quase automática de apoio à parte dos projetos do novo governante por esse eleitorado (Abramowitz, Webster, 2015).

Em Jones (2015), pesquisas do instituto Gallup Poll trazem dados que apresentam o número significativo de eleitores americanos que se identificam como independentes, reduzindo a identificação partidária, mas, ao mesmo tempo e de forma paradoxal, aumentando o voto fiel em um partido. O fenômeno é crescente. Cria-se no imaginário coletivo a ideia de que a independência partidária seja uma virtude, enquanto nas eleições o voto depositado se comporta como o de um eleitor fiel a um partido.

Em Grene e Klar (1999; 2014), os autores defendem que, com o crescimento do partidarismo negativo, esse crescimento da repulsa em se identificar com um partido está

ligado à essa ideia mencionada de independência. O eleitorado americano apresenta a tendência de optar cada vez mais pelas escolhas eleitorais baseadas nos candidatos do momento, não em opções partidárias que envolvem projetos de médio ou longo prazo. A identificação crescente, portanto, não é mais a partidária, mas a de se imaginar independente, tomando decisões momentâneas através de cálculos que não envolvem adesões partidárias fidelizadas nos moldes tradicionais, que envolvem apoio a projetos e a crença em uma construção coletiva.

Uma série de estudos trazem dados de comportamento eleitoral americano que indicam que enquanto os sentimentos afetivos de Democratas e Republicanos sobre seu próprio partido mudou muito pouco, os sentimentos sobre o partido rival estão cada vez mais negativos (Bafumi e Shapiro, 2009; Greenberg, 2004; Jacobson, 2007; Mason, 2013; Abramowitz, 2015). Assim, as percepções, que são um componente importante no processo de escolha dos candidatos, estariam domadas pelo processo de um aumento significativo de distanciamento da base adversária, enquanto as sensações acerca do partido escolhido seguem, mais ou menos, em níveis semelhantes às décadas anteriores. Os resultados podem ser verificados no gráfico a seguir.



*Gráfico sobre os sentimentos negativos sobre os partidos. Na linha pontilhada, trata-se do partido adversário. A linha contínua trata do partido próprio. Fonte: ANES Cumulative File, elaboração por Abramowitz e Webster, 2016, p15.

A alteração se dá, portanto, pela mudança dos padrões tradicionais do ‘fazer política’, que envolveriam noções partidárias de desenvolvimento coletivo de programas de governo e estímulo à manutenção de bases populares de apoio, que sustentam a atividade partidária e a política. O partidarismo negativo é justamente o oposto, já que a motivação dos eleitores é para apoiar o candidato mais capaz de derrotar o adversário rejeitado, não o partido como um todo. Há um cálculo pragmático. Apoia-se o candidato que tenha maior possibilidade de derrotar aquele que é rejeitado, e não o que convence melhor com suas ideias e projetos. Portanto, é o inverso da lógica partidária positiva.

Em análise dos programas partidários de Democratas e Republicanos, autores afirmam que eles tenham mudado pouco nas últimas décadas. Mas, de maneira desproporcional, a rejeição de seus opositores pelo partido adversário aumentou substancialmente (Bafumi, Shapiro, 2009; Greenberg, 2004).

No caso dos Estados Unidos, onde o fenômeno foi amplamente estudado, tal perda de apoio significa, a princípio, um problema mais significativo do que no Brasil. Isso porque no sistema eleitoral americano estão inseridas as eleições de ‘meio termo’ (*Midterms elections*), que ocorrem dois anos após as eleições presidenciais, tornando a queda de popularidade do mandatário um risco significativo para a perda de cadeiras no parlamento. O presidente eleito, por não possuir sólido apoio popular, já que conquistou muitos votos pela rejeição de seu adversário, amargura dificuldades nos índices de aprovação, que refletem na performance de seu partido nas eleições de meio termo. Portanto, o presidente em exercício acaba tendo que contar pela manutenção da rejeição ao partido opositor, para obter um bom resultado, já que por sua gestão em si, há dificuldades.

Além disso, a federalização das eleições regionais também é notada, trazendo a questão da repulsa pelo candidato nacional à disputa regional, adicionando votos ao representante do partido opositor ao candidato que é repudiado (Jones, 2015).

Candidatos regionais, seja na disputa de prefeituras, câmaras municipais e de assembleias estaduais, acabam sendo beneficiados ou prejudicados pelo efeito. Se são

aliados ou membros do mesmo partido de um nome presidenciável, mas que apresente altos índices de rejeição, isso acaba interferindo na rota das eleições regionais. O efeito contrário, no caso de alianças com um opositor do candidato rejeitado, também é percebido, de maneira positiva. Tudo isso de maneira independente às ideias e projetos do partido, guiados majoritariamente pela rejeição.

Cria-se, com isso, estímulos para não buscar conhecer projetos de governo em disputa, usando como critério de escolha o maior potencial de derrota ao rejeitado (Keith, 1992).

Dessa maneira, encontra-se uma fidelização de votos nos Democratas pela rejeição aos candidatos Republicanos, não por concordância aos seus projetos. A recíproca, do outro lado, também é verdadeira. O fenômeno é simultâneo aos dados que apontam que a popularidade dos partidos são as mais baixas da história recente. Portanto, a fidelização de votos é paradoxal, dado o desprestígio partidário e as suas votações recordes. Em Abramowitz e Webster, vê-se que nas décadas de 1980 era significativamente maior o número de eleitores que escolhiam candidatos de um partido para a posição de presidente e escolhiam parlamentares pertencentes ao outro partido. Neste estudo, o ápice da fidelização de votos se deu em 2016, ano em que encerram a coleta de dados para a publicação. Portanto, a tendência é de que a rejeição ao partido adversário seja tamanha que não se importe mais com a individualidade dos candidatos, a escolha passa a ser guiada pela rejeição automática.

Em Abramowitz e Webster, que apresentam dados desde a década de 1980 até 2016 do *American National Election Studies*, há a presença significativa do descontentamento com o partido opositor, inclusive entre eleitores tradicionalmente independentes, que acabam escolhendo um partido dada a rejeição ao outro. Para os autores, que publicaram o artigo em 2017, as eleições americanas de 2016 foram o ápice da rejeição eleitoral a candidatos, em que o partidarismo negativo foi o maior critério de escolha eleitoral. Americanos estão votando contra partidos determinados, não em favor de um partido que apoiam. Dessa forma, os autores demonstram que as classes políticas, cientes do fenômeno, canalizam o ódio eleitoral para fidelizar os votos de rejeição. Bastaria, para os representantes, incitar e estimular o ódio político e a raiva para ganhar e manter o capital eleitoral resultante. Quanto mais rejeitem o partido opositor, mais leis

os eleitores americanos se tornam aos partidos opostos, guiados pela aversão, não pela concordância política.

Dados do Gallup Poll, de setembro de 2017, são apresentados pelos autores mostrando que entre os eleitores Republicanos, 80% afirmam aprovar a condução da presidência por Donald Trump, enquanto no partido rival, os Democratas, a taxa de aprovação é de apenas 9%. A divisão é clara. (Abramowitz; Webster, 2017). É natural a expectativa de que um presidente de um partido seja mais bem avaliado pelos apoiadores de seu partido do que os apoiadores do partido adversário. Porém, o conjunto de informações mencionadas aponta que tal discrepância nos índices de apoio ocorre simultaneamente ao aumento da descrença política, do distanciamento partidário e do estímulo à independência. Tal apoio, portanto, sugere um tom de artificialismo, um apego guiado pelo sentimento de pertencimento a um grupo que não seja o adversário, independentemente das ações e qualidade da governança do presidente eleito.

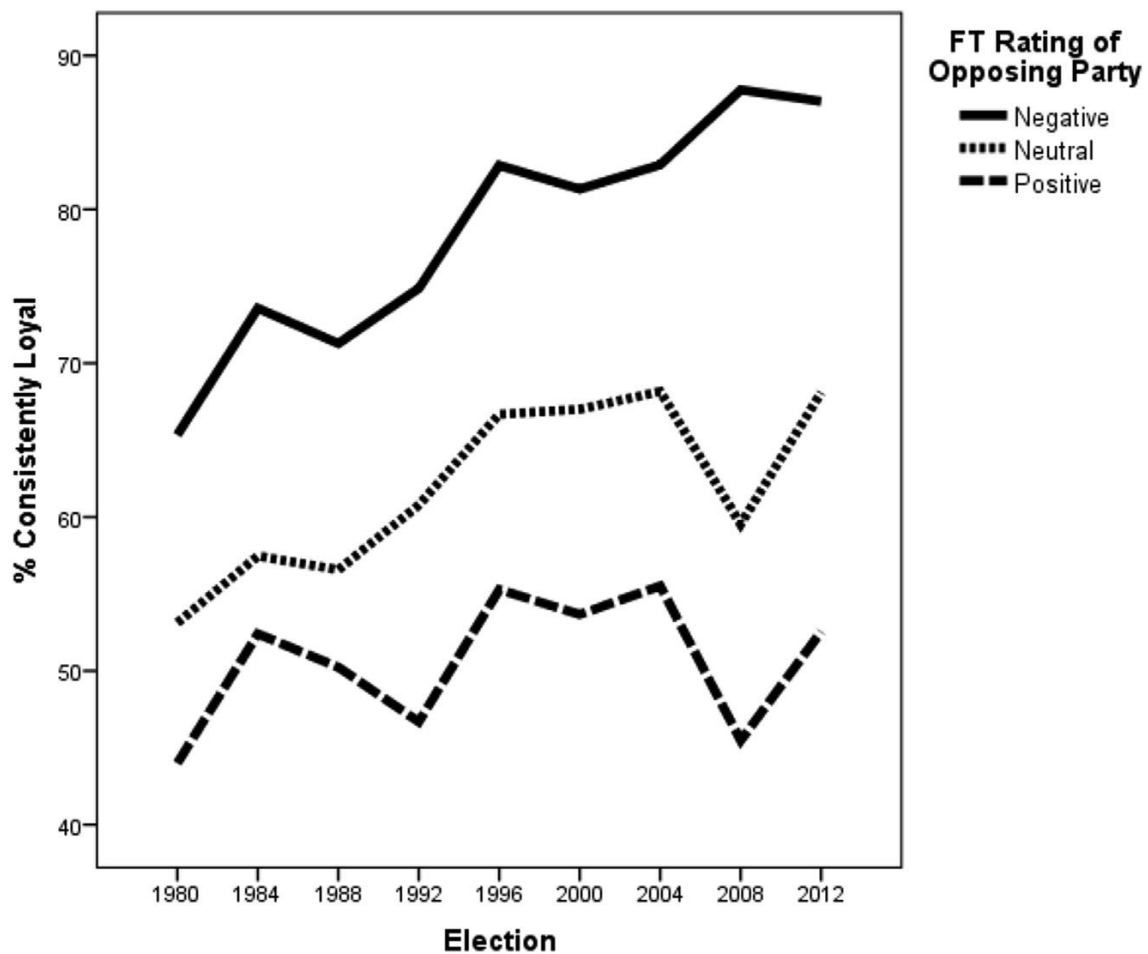
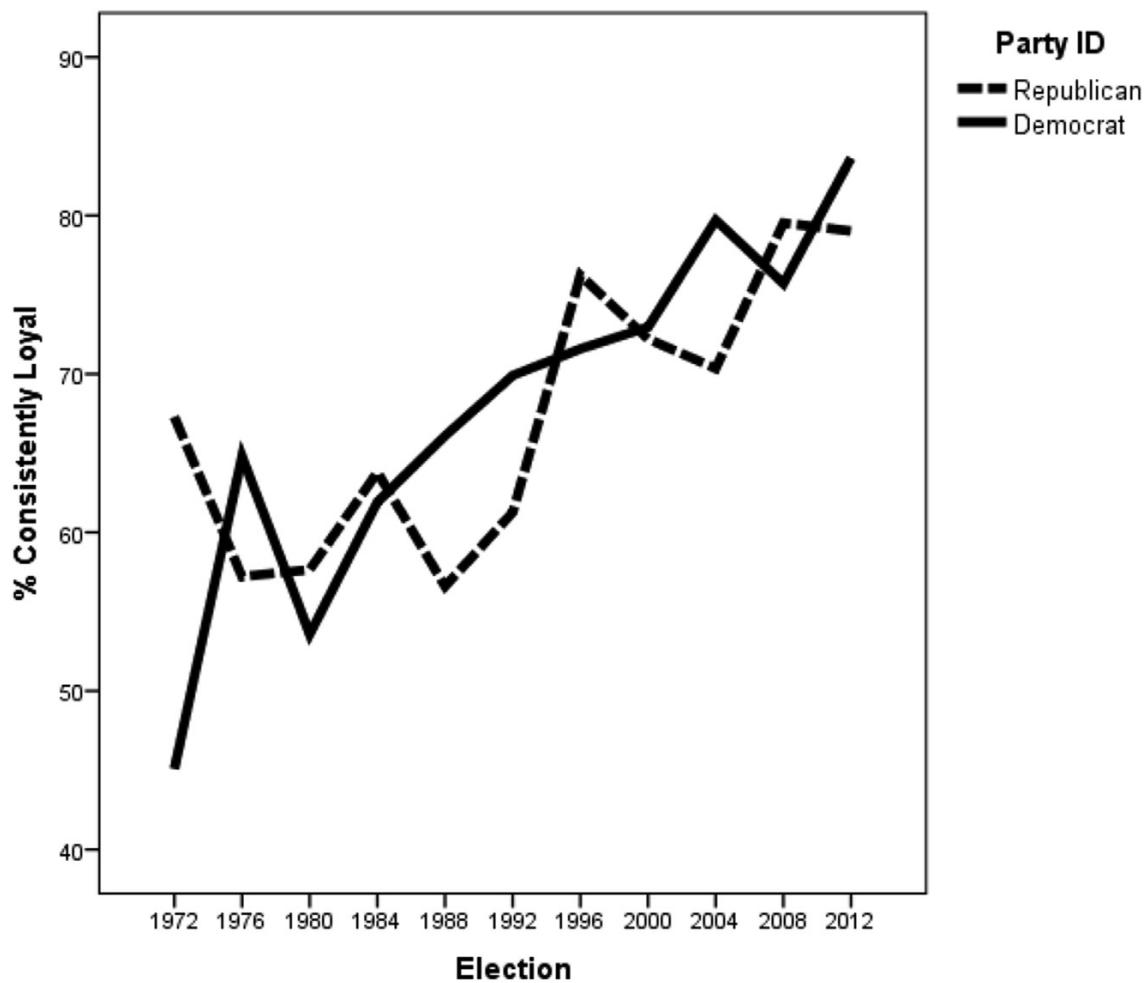


Gráfico sobre a consistência da lealdade eleitoral no voto. A linha contínua trata de negatividade (ou rejeição) como a motivação eleitoral para o voto em determinado partido. A linha pontilhada cinza trata de neutralidade. A pontilhada escura trata de positividade. Fonte: ANES Cumulative Files. Elaboração por Abramowitz e Webster, 2016, p16.



Note: Leaning independents included with party identifiers

Gráfico sobre a lealdade no voto partidário ao longo do tempo. Fonte: ANES Cumulative File. Elaboração de Abramowitz e Webster, 2016, p13.

Indo além, Abramowitz e Webster mostram que quanto maior a rejeição ao partido opositor o eleitorado apresentar durante o período pré-eleitoral, maior a possibilidade de apoiarem o candidato que o outro partido apresente, mesmo que ainda não haja definição

de quem seria esse candidato. Os “termômetros” pré-eleitorais, ou seja, os resultados de pesquisas eleitorais, são fundamentais, portanto, para a decisão de voto eleitoral. O eleitor, dando atenção às tendências que as pesquisas apontam, se guiam por apostas eleitorais que satisfaçam seus desejos de que o candidato rejeitado perca. Os autores mostram que tanto Trump quanto Clinton foram dois candidatos mais impopulares desde que o ANES iniciou a captação de dados em 1968. Mas, ainda assim, por serem os candidatos escolhidos dos partidos, foram amplamente votados em nome de rejeitar a eleição do outro. (Abramowitz, Webster, 2016).

Pelos dados da ANES apresentados pelos autores, durante as eleições presidenciais de 2012, entre os eleitores estadunidenses que apresentavam avaliações negativas sobre o partido adversário, 90% destes apresentaram condutas leais ao partido em todas as esferas disponíveis para voto. Indo além, entre os eleitores de forma geral que participaram das pesquisas, 76% manifestaram avaliações negativas sobre o partido adversário. Há, portanto, aspectos psicológicos importantes no imaginário coletivo do eleitorado que cria uma espécie de bloqueio ao candidato do partido rejeitado, seja ele quem for. Suas propostas são secundárias, a oposição ao candidato é imediata. Em conclusão, portanto, os autores trazem que na estratégia de manutenção da fidelidade em seu eleitorado, a manutenção da rejeição ao adversário e o discurso da rivalidade são fundamentais para um bom resultado eleitoral. (Abramowitz, Webster, 2017).

Os autores ainda apresentam, em suas conclusões de um dos artigos que tratam do tema, que o partidarismo negativo, a despeito de todas as questões que foram apresentadas, possui um outro efeito, uma maior participação política. Guiado pela rejeição, o público estadunidense tem apresentado os maiores índices de participação política, seja nas urnas no período eleitoral, seja pelas manifestações através das diversas formas de comunicação. O que não é bom por si só, já que pela lógica que o compõe e sustenta, o fenômeno do partidarismo negativo pode ser perigoso para os modelos de governança e, especialmente, de representação, como sustentam os autores. Aliado ao crescimento da participação política, os dados sobre desconfiança partidária e de desconfiança nas instituições são altíssimos (Abramowitz, Webster, 2017).

Já no continente europeu, Sabrina Jasmin Mayer (2017) apresenta um estudo sobre como o partidarismo negativo afeta o comportamento eleitoral em 17 países da Europa. Em sua tese, Mayer aponta que o fenômeno impacta a escolha de voto em países que

utilizam o sistema multipartidário e com eleições proporcionais. Dados do *Comparative Study of Electoral Systems* são utilizados para mostrar que o partidarismo negativo impacta o comparecimento eleitoral em torno de 9 pontos percentuais. Guiados pela rejeição a algum candidato, mais eleitores comparecem às urnas do que em eleições cuja rejeição não seja tão presente. A autora sustenta que o comparecimento às urnas guiado pela repulsa é mais presente em eleitores que se identifiquem como ‘não partidários’, ou seja, independentes.

Da mesma forma, Medeiros e Noel analisam votações na Europa ocidental e apresentam resultados que apontam para um comportamento eleitoral em que é cada vez maior o número de eleitores que não cogitam, em nenhuma hipótese e sob nenhuma condição, votar em partidos que desgostam. Essa característica é definidora no processo de escolha dos representantes na região. Os mesmos resultados são alcançados por Rose e Mishler, analisando comportamento eleitoral em países da Europa oriental (Medeiros, Noel, 2013; Rose, Mishler, 1998).

Para o Canadá, Caruana *et al* demonstram que o fenômeno também está presente na lógica eleitoral do país. Para os três maiores partidos canadenses, há um número cada vez maior de eleitores que são guiados a apoiá-los pela rejeição dos candidatos dos outros partidos (Caruana *et al*, 2014).

Dessa maneira, tanto nos Estados Unidos, cujo modelo é de bipartidarismo para eleições presidenciais, quanto em países multipartidários, como o Canadá e países europeus, o partidarismo negativo não só está presente no imaginário coletivo do eleitorado, mas também ganha espaço.

3.0) Brasil

No Brasil utilizamos o sistema multipartidário, que altera significativamente o cenário descrito para a política estadunidense, concentrado em dois partidos. Em que pese as diferenças existentes entre o multi e o bipartidarismo, há semelhanças no que diz respeito ao panorama de ascensão do partidarismo negativo, em que eleitores votam contra um partido ou seus candidatos, sem se filiar a outro ou apoiar as ideias

programáticas do escolhido em sua integridade, mas que acabam também fidelizando o voto neste partido por algum tempo pela repulsa ao outro. Sabe-se em quem não se vota, com isso, opta-se pelo seu principal adversário, a despeito de programa partidário.

Como por aqui a eleição parlamentar coincide com a data da eleição presidencial, os parlamentares eleitos na onda da eleição presidencial permanecerão, ao menos em sua maioria, ao longo do mandato do presidente, salvo em casos de morte, renúncia, cassação ou licença. A ausência de eleições de meio mandato, como no modelo estadunidense, fornece uma estabilidade maior para o presidente brasileiro, que conta com a mesma composição parlamentar durante todo o mandato. A perda de apoio popular pode, entretanto, pressionar parlamentares para abandonar a base do governo, implicando, desse modo, em perda de governabilidade dentro deste mesmo cenário de eleitos.

Se analisados os números apresentados pelos autores mencionados no capítulo anterior, vê-se que os Estados Unidos possuem, em comparação ao Brasil, maior apreço ao modelo partidário por parte de seus eleitores, como apontam os dados do Eseb¹, que em 2014 apontou que 71,9% dos entrevistados afirmavam não se sentirem representados por nenhum partido político. O número cresce durante toda a série histórica desse levantamento, que inicia em 2002, mostrando clara tendência.

Como são dois os partidos estadunidenses que possuem relevância nacional, Democratas e Republicanos, com programas de governo que contém distinções importantes, há mais eleitores tradicionalmente ligados a um desses partidos que os brasileiros. O partidarismo negativo lá, portanto, é estruturado em uma lógica diferente, já que a divisão ideológica dos dois partidos empurra o eleitorado para o apoio àquele que comporta uma maior sensação de representação e empurra, da mesma forma, para uma maior rejeição de maneira quase automática ao outro.

No Brasil, ainda que o modelo multipartidário poderia garantir que a rejeição a um partido fosse equacionada pelo reconhecimento a um dos tantos outros partidos políticos existentes, não é esse o cenário que encontramos. Os dados do TSE apontam, por exemplo, que apenas 10%, em média, dos eleitores brasileiros são filiados a partidos políticos, nas últimas décadas³. O número varia de ano a ano, mas não passa muito deste valor.

Em nosso caso, em que há multifragmentação de partidos políticos, são mais de vinte partidos com representação federal neste ano de 2023. Isso implica em muitos programas parecidos à esquerda e à direita, e baixa adesão popular aos partidos, que pode ser explicada, por exemplo, pela ausência de relevância atrativa e contato efetivo com a realidade do eleitorado. Além disso, nota-se altas taxas de transição de votos entre partidos, especialmente para cargos do Poder Legislativo. Eleitores preocupados com a situação momentânea escolhem candidatos que lhes parecem mais favoráveis naquele cenário, deixando a inclinação partidária em segundo plano de importância. Um movimento legítimo, vale lembrar, mas que em número elevado como o cenário demonstrado, altera o cenário base de eleições representativas com sentido político positivo/propositivo. Com isso, parece nítido que o Brasil já possui um baixo reconhecimento no modelo partidário mesmo em períodos de estabilidade. O partidarismo negativo é um atenuante nesse aspecto, já que acrescenta fatores de repulsa a um modelo já delicado.

É nesse contexto que há de se notar que na história recente das eleições presidenciais, como dito, há uma característica notória presente em todas elas. O candidato do PT e seu principal adversário do momento são os dois mais votados. A sugestão, portanto, é que a ascensão do partidarismo negativo no Brasil é simultânea e relacionada à intensificação do comportamento antipetista e, do outro lado, da rejeição ao projeto adversário, seja ele tucano, seja ele bolsonarista. Ainda que em um sistema multipartidário que deveria, em tese, gerar candidaturas que suprissem as motivações da rejeição partidária pelos dois polos mencionados, o que se tem, na prática das eleições presidenciais, é uma concentração de votos que suprime qualquer outro grupo fora desses dois eixos.

3.1) O petismo

O Partido dos Trabalhadores, em que seus membros filiados o reconhecem como tal de forma mais numerosa se comparado aos demais partidos (Braga, Costa, Fernandes, 2018), inclusive possuindo números volumosos de diretórios conselhos municipais, tornando-o o partido com o segundo maior número de filiados, atrás apenas do MDB³, parece concentrar, por sua expressão nacional, o fenômeno do antipetismo como

expressão do partidarismo negativo. Nele, há fidelização de votos, como é apontado pelas pesquisas, nos adversários que representem potencial de vencer os candidatos petistas (Borges, Vidigal, 2018).

Para Samuels (2006), o PT, por sua trajetória ligada a movimentos sociais de base, como o sindicalismo, comunidades católicas de base, acadêmicos e outros movimentos sociais, conseguiu se consolidar como partido que possui expressivo “apego psicológico” de seu eleitorado, significativamente maior que os demais. Tal apego referido pelo autor refere-se não apenas ao programa partidário que reflete aspirações de sua base, mas também de questões emocionais e vínculo afetivo desenvolvidos ao longo de sua existência.

A estruturação desse vínculo entre eleitor e um partido político, em Samuels, se dá por três razões. A primeira trata da mobilização do próprio partido para atrair eleitores. A segunda, trata de motivações e ímpetos individuais do próprio eleitorado para expandir conhecimento e atuação política. A terceira trata de engajamento em redes de socialização e comunicação, impulsionadas pela presença, por exemplo, de ativistas políticos. Nessas três características, o PT, ao longo de suas décadas de existência, soube atuar de forma mais efetiva que a maioria dos demais partidos, consolidando sua posição como um dos maiores do país e o que mais conquistou mandatos presidenciais desde a redemocratização.

Em Samuels (2008), menciona-se que há também, por seu posicionamento na centro-esquerda mas abandonando uma postura mais rígida de alteração social mais profunda, como em seus programas políticos da década de 1980, uma maior atração, por parte do PT, ao longo dos primeiros mandatos de Lula, de eleitores simpatizantes mais moderados e expandindo sua base para além de seu eleitorado original, portanto.

Além disso, a “Carta aos brasileiros”, por exemplo, é símbolo do pacto estabelecido por Lula e pelo Partido com as elites dirigentes do país, ao adotar posições mais moderadas e atrair partidos importantes para além da esquerda para o governo, buscando gerar condições de governabilidade. Para além dessa governabilidade, como dito anteriormente, o PT também conseguiu se consolidar em uma parcela expressiva do eleitorado, alcançando públicos mais moderados, em uma fatia maior que seu público anterior aos mandatos de Lula, portanto.

Também em Singer (2012) encontra-se tal tese, de que o PT, em busca de governabilidade, adotou tais pactos de ‘reformismo fraco’, para não criar embates significativos com as classes dominantes e, desse modo, criar as condições necessárias para poder governar. Com isso, apesar da acomodação de seu programa inicial para termos mais frouxos e da alteração de suas classes originais, há também, em um cálculo eleitoral, essa expansão do número de votos através da atração de eleitorados mais moderados. Uma espécie de ganho secundário neste pacto. Mas bastante importante.

Sobre o tema, Martins Jr (2009) afirma que:

“até 2002, o partido obtinha melhores chances entre os mais jovens, os mais escolarizados, os pertencentes à população economicamente ativa (PEA), na região Sul e nas capitais e regiões metropolitanas. Na eleição de 2006, essas chances invertem-se e o partido passa a obter melhores resultados entre os mais velhos, os menos escolarizados, os que estão fora da PEA, fora da região Sul e fora das capitais e regiões metropolitanas. Isso significa que ocorreu uma transformação profunda na base de apoio socioeconômico do partido quando este se tornou governo” (Martins Jr., 2009, p. 90).

É uma análise semelhante ao que afirma Venturi (2010), com a tese de que essa alteração da base tradicional do voto petista alargou o seu número de adeptos e transformou as características deste eleitorado.

Em Nicolau e Peixoto (2007), os autores afirmam que a alteração no perfil do eleitorado petista ocorreu após a implementação do Bolsa-Família e por conta deste. Tanto em 2002 quanto em 2006, Lula obteve 60% dos votos no segundo turno, aproximadamente. Porém, há uma alteração importante. Na primeira eleição, os municípios com melhores índices sociais apresentavam maiores votações para o PT. Em 2006, após a implementação do programa, são os municípios com os piores índices que forneceram as maiores votações. Há uma inversão, portanto. São os mesmos resultados obtidos pela pesquisa de Soares e Terron (2008). 47% do eleitorado brasileiro neste período tinha renda de até dois salários-mínimos. É nessa categoria que os autores creditam a manutenção da força eleitoral lulista.

Os autores afirmam também que apesar das denúncias e dos graves escândalos de corrupção que Lula enfrentou em seu governo, seu eleitorado tratava a corrupção como menos relevante do que questões econômicas, que sanavam suas necessidades mais importantes. É o que afirmam também Rennó, Licio e Castro:

“Ou seja, ainda que as denúncias de corrupção tenham sido graves, elas não afetaram o voto em Lula nos estados e municípios mais pobres, com menor índice de Desenvolvimento econômico (IDH)” (LICIO, RENNÓ e CASTRO, 2009, p.36).

Para os autores, ainda que tais escândalos não tenham impedido o PT de se sagrar vitorioso nas eleições presidenciais, o atrapalhou, por exemplo, em conseguir a vitória já no primeiro turno.

Por outro lado, se para classes mais carentes há temas de urgência mais relevantes que a corrupção, é para a classe média que o tema serviu, especialmente durante as divulgações pela grande mídia do Mensalão e do Petrolão, como tema de impacto enorme. Na definição de Marilena Chauí, tais classes não são dados fixos. Enquanto sujeito social, político, moral e cultural, elas agem e se constituem. Nesse movimento, a classe média é, nessa interpretação, contraditória, estando fora do núcleo definidor do capitalismo, já que não é dona dos meios de produção, não detém o poder do Estado, e nem é constituinte da base trabalhadora na definição clássica. Nessa contradição, sua atuação política, especialmente nos momentos de maior tensão e polarização política, é digna de atenção (Chauí, 2016, p.19). Foi justamente a classe média a definidora dos rumos políticos do país nos últimos anos, dada essa mobilidade de posicionamento.

André Singer (2012) afirma que com o passar do tempo, as pautas do PT e o lulismo foram se tornando mais “Brasil” e, por essa razão, foram ficando menos dos “trabalhadores”. As bases iniciais de Lula, nas quatro primeiras tentativas à Presidência (1989 a 2002), eram de um público com maior nível de escolaridade, de estados mais urbanos e industriais, como no Sul e Sudeste. Um público urbano e progressista. Os mais pobres, porém, pendiam mais para a direita política. Foi com o início do seu governo e a aplicação de políticas de transferência de renda para essa classe que Lula obteve seu apoio expressivo. Enquanto, na classe média, especialmente durante os escândalos de corrupção, perdeu apoio. (Singer, 2012, pp 34, 62).

Se de um lado os indicadores apontam que o petismo perdia força nas classes urbanas, de maior escolaridade e de rendas mais altas, especialmente no Sudeste e Sul, do outro, nas metrópoles periféricas, no Norte e Nordeste, nas classes de renda mais baixas e nas periferias das capitais o suporte aumentou significativamente (Singer, 2012, p 116).

Na dissertação de mestrado em Ciência Política pela UFRJ, Anselmo Conceição Rodrigues demonstra que o eleitorado antipeessidebista esteve concentrado majoritariamente no PT, ao longo das duas décadas em que a disputa se centralizou nos dois partidos. Mesmo com a entrada de Bolsonaro no cenário eleitoral nacional, a concentração dos que rejeitam o PSDB se manteve ao entorno do PT.

O PSDB, por seu programa voltado às privatizações e com maior vínculo com as pautas “do mercado”, viu o eleitorado petista se consolidar como antagônico ao seu modelo de governança e programa partidário, especialmente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. A maior rejeição ao partido, portanto, se encontra dentro do eleitorado do PT.

Em Ribeiro, Carreirão e Borba (2011), os autores mostram que as taxas de rejeição ao PSDB foram maiores que ao PT no eleitorado geral, mesmo durante o escândalo do Mensalão. Portanto, a rejeição aos tucanos ou ao seu projeto de governo, a favor de privatizações e de pautas mais alinhadas ao ‘mercado’ na economia possui, também, implicações eleitorais importantes. Se, de um lado, o antipetismo impacta o resultado, de outro, a rejeição aos tucanos também contribui, ainda que em menor proporção, aos votos em candidatos do PT. O cálculo feito seria de que se há dois grandes grupos disputando a presidência da República, mesmo que haja discordâncias com o programa do PT, o distanciamento ao PSDB era significativo, estimulando votos ao candidato petista.

O petismo atua, portanto, como um apoio ao partido, especialmente à figura de Lula. Nesses termos, como visto, aponta-se a esse eleitorado algumas características, como a rejeição por programas privatistas e voltados para pautas defendidas pelo ‘mercado’. Adota-se também, por sua vez, a defesa de movimentos sindicais e de movimentos sociais.

3.2) o antipetismo

Por outro lado, se o PT exerce papel de força partidária mais expressiva no país, há, enquanto reação, um movimento de rejeição expressivo, o antipetismo, de eleitores que, em qualquer circunstância, negam o voto ao partido. Exceto por Collor, até as

eleições de 2014 o PSDB concentrava o voto antipetista. Não centralizado em um nome forte e unitário como o de Lula, mas em vários, a depender do momento. Foram eles Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998, José Serra em 2002 e 2010, Geraldo Alckmin em 2006 e 2018 (há, nessa eleição de 2018, migração de votos tucanos para Bolsonaro), e Aécio Neves em 2014. Em 2022, após perda significativa de expressão nacional, o partido optou por apoiar a candidata Simone Tebet, do MDB. A concentração de votos se dava pela rivalidade ao PT, independentemente de quem fosse o candidato. Esse fenômeno fica mais claro em 2018, quando Jair Bolsonaro se apresenta, com sucesso, como antagonista ao PT e, mesmo com um programa distinto ao modelo tucano, consegue capturar a maioria dos votos (antes) ‘fiéis’ ao PSDB. Dessa forma, fica clara a ação do partidarismo negativo no Brasil, pois a fidelidade pertencente ao PSDB até então não se dava por apreço partidário e concordância ideológica ou reconhecimento aos candidatos ou por sua agenda, mas especialmente guiada por repulsa sistemática ao PT.

É evidente que pela proporção de votos alcançados pelo partido e por sua estrutura nacional relevante, o PSDB possuía, como ainda possui, votos de quadros que se reconheçam de fato no programa tucano. Mas é um número destoante do necessário para a proporção que uma eleição presidencial exige. O fenômeno trata, porém, dessa fidelização de votos que migra pelas circunstâncias políticas em despeito ao reconhecimento partidário. É o que aconteceu em 2018, com o PSDB, ao ver sua base eleitoral diminuir expressivamente para uma migração para Bolsonaro. Tudo isso guiado, especialmente, pela rejeição ao programa petista. As características dessa transição de votos antipetista será abordada mais à frente.

Em sua origem, o PSDB, fundado em 1988 a partir de uma dissidência do PMDB, seria, na clássica definição categórica de Maurice Duverger (1970), um ‘partido de quadros’ e não um ‘partido de massa’. Isso representa a composição de um partido que, apesar do rótulo de social-democracia, adotou para si uma série de temas ligados ao empresariado. De outro lado, suas origens também remetem aos seus quadros, já pertencentes ao Poder Legislativo e já com expressão política, e não em origens sindicais ou de grupos que, na década de 1980, de fato canalizassem e concentrassem demandas das classes mais baixas. Dessa maneira, ainda que em sua história o PSDB tenha conseguido concentrar número significativo de votos e alcançar a Presidência duas vezes, sua estrutura não garantiu enraizamento na sociedade e nem um número grande de grau de participação de seus afiliados (Rodrigues, 2020, p 14).

Em Borges e Vidigal (2018), os autores apontam para o crescimento da desvinculação e do descontentamento com o PT não necessariamente ligado ao crescimento da direita extremada e da polarização política. Para os autores, o público antipetista é, em 2018, significativamente impactado com relação à avaliação de questões sociais e econômicas dos governos do PT, que prejudica a concepção acerca do partido. Citam eles:

O crescimento do antipetismo parece estar mais relacionado a avaliações negativas de parte do eleitorado com respeito aos governos do PT – o que, por sua vez, impacta diretamente a reputação do partido – do que propriamente a um crescimento de uma direita conservadora e extremista [...] (Borges e Vidigal, 2018, p. 79).

É a partir de 2018, com a ascensão de Bolsonaro como candidato competitivo à presidência da República, que a concepção das opções políticas realizadas pelo eleitorado antipetista se casa de forma escancarada com o movimento bolsonarista. Somado aos aspectos do discurso antissistema, além da pauta antipetista, é em Bolsonaro que esse eleitorado encontra campo para fixar suas crenças e apostas. O processo de desenvolvimento do antipetismo está, como indicado pelos autores citados, relacionado a questões de gestão dos governos do PT. Bolsonaro é, portanto, não a sua causa, mas um candidato que soube utilizar desse fenômeno. É um produto dele.

Indo além, em Luis Felipe Miguel (2022), encontra-se que ao longo do processo de consolidação do PT como partido expressivo, o partido realiza um cálculo político que resulta numa espécie de acomodação às práticas políticas vigentes, abandonando os programas originários do PT da década de 1980. É nessa lógica que após três sucessivas derrotas eleitorais para a Presidência, o partido abandona o ‘purismo’ de apoio partidário e aceita formar coalizões para além da esquerda. Símbolo disto é a vice-presidência ficar com José de Alencar, empresário mineiro do Partido Liberal (PL). Com o passar de oposição para governo, o PT passa a alterar a lógica vigente de mobilização de suas bases, guiando-as para a acomodação.

Isso cria, para além do comodismo, um descontentamento com os apoiadores originais do partido, que se sentem desamparados. Ao longo de sua trajetória, o PT perdeu quadros políticos e viu parte de sua base fundar novos partidos políticos, graças a esses

descontentamentos com a acomodação. O PSOL, por exemplo, foi fundado num momento desses de divergências significativas. Singer afirma que, com o lulismo, a ‘esquerda no Brasil ganhou e perdeu ao mesmo tempo’, já que ao lado do projeto reformista, que trouxe mais renda às classes mais baixas, regrediu-se na pauta ideológica a um ‘estágio anterior ao conflito capital/trabalho’ (Singer, 2012, p 219).

É pouco provável que esse descontentamento com os rumos do partido, após virar governo, fizesse um apoiador do PT se converter em um antipetista, por exemplo. Mas é significativo para demonstrar que a tese de Borges e Vidigal possui razão de ser, já que, de fato, há um descontentamento significativo na própria base do partido durante seus anos de governo.

Na interpretação de Singer (2012), seria esse pacto com as classes dominantes, de adaptação de seu programa para às estruturas vigentes e à lógica do capital do Brasil que geraria um ‘consenso’ que garantiria a prática política dos anos futuros. O que se viu, porém, é que tal acomodação das bases descrita por L. F. Miguel somada à fragilidade da relação do partido com sua oposição garantiria, no contexto da Lava Jato e de problemas econômicos do governo Dilma, a sua queda. O antipetismo é expandido neste contexto, ao longo dos anos de governos do PT em que se adotou políticas sociais cuja reação das classes médias e altas se fez sentir, e um descontentamento das classes baixas que se desconectam do partido.

Como descreve Ruy Braga (2016), é no seio do lulismo, em suas contradições, que nasce tal descontentamento de parte de suas bases. No período de expansão da economia, nos primeiros governos de Lula, as ‘reviravoltas’ estavam sendo armadas. O aumento do consumo em massa fez com que a classe trabalhadora, ao acessar um padrão de vida e de consumo antes restrito à classe média, passasse por dificuldades significativas durante o período restritivo da crise econômica do governo Dilma Rousseff. Além disso, a formalização do emprego e os ganhos reais no salário-mínimo pressionaram pelo aumento da inflação de serviços e encareceu o trabalho doméstico, por conta do aumento de recursos para as classes mais baixas. Um outro fator mencionado é do campo simbólico, em que a ‘invasão’ dos trabalhadores às universidades, aeroportos e shopping-centers incomodou as classes mais altas. Com os escândalos de corrupção amplamente divulgados, as classes médias reagem à gestão do PT (Braga, p59, In: Singer, Loureiro, 2016). Tal análise é semelhante à levantada por Luis Felipe Miguel, em que “a

classe média se beneficiava de algumas dessas medidas, embora tivessem impactos menores para ela, mas também sofria reveses *simultaneamente simbólicos e materiais* [...] o efeito não é menos real por ser simbólico, afinal, a luta por distinção social é elemento importante da dinâmica das sociedades contemporâneas [...]” (Miguel, 2022, p 216).

Como a concentração dos desafetos ao petismo se dava majoritariamente na disputa entre PSDB e PT, o espaço para outsiders nas disputas eleitorais presidenciais era limitado. A disputa parecia estar presa num ‘looping’ entre PT e PSDB que não seria quebrado. É o que descrevem Limongi e Guarnieri, já em 2018, o ano que tal lógica se quebra:

“Acreditamos que, nas eleições de 2018, os *outsiders*, como são chamadas as ‘terceiras vias’ antes do início nessa fase do processo eleitoral, terão o destino de seus predecessores, isto é, não sobreviverão à campanha. E a preservação do mesmo duopólio não pode ser descartada. No momento, PT e PSDB levam vantagens sobre todos os demais competidores” (LIMONGI e GUARNIERI, 2018, p.60).

O que não era calculado era que a dinâmica política dos anos anteriores havia deslocado o eleitorado antipetista para a direita além da posição do PSDB. Como descrevem Paiva, Krause e Lameirão (2016):

“Escândalos, corrupção, avaliação de governo, mudanças sociais advindas de processos de modernização, reconfigurações na relação dos partidos com a sociedade são variáveis que impactam e interagem concomitantemente. A combinação de fatores estáticos sustentados por uma tradição cultural com partidos frágeis, pouco enraizados e afeitos a serem rejeitados com variáveis dinâmicas conjunturais impacta na construção do fenômeno que estamos analisando. Um campo a ser desvendado e que ainda necessita de maior precisão conceitual é o que se refere à identidade partidária negativa, isto é, a decisão de nunca votar ou rejeitar radicalmente um determinado partido. Alguns autores têm apontado que a identidade partidária negativa é uma variável importante na estruturação da identidade política e no comportamento eleitoral (Rose e Mishler, 1998; Medeiros e Noël, 2013; Samuels e Zucco, 2015). (Paiva, Krauser, Lameirão. 2016. P 643).”

O somatório do fraco enraizamento do PSDB como partido político que atendesse de fato suas bases eleitorais e a atração gerada pelo outsider Jair Bolsonaro pregando a antipolítica gerou o resultado visto em 2018. O antipetismo, guiado pela repulsa a um partido sem se concentrar concretamente em um partido específico, migrou da tradicional base tucana para a aposta em Jair Bolsonaro.

Os dados do Eseb de 2014 sobre a rejeição eleitoral para partidos políticos apontavam para dois aspectos, conforme Paiva, Krause e Lameirão (2016). O primeiro, é que para todos os partidos analisados, a taxa de rejeição oscila entre 17,5% e 19,9%, sendo, portanto, similar, independentemente de qual partido seja rejeitado. Mas, os dados de eleitores que rejeitam o PT apontam que mais de 50% deles rejeitam também outras legendas. Logo, é acima de 40% o número desses eleitores que rejeitavam exclusivamente o PT. Se comparado a outros partidos, é um número grande de eleitores que rejeitam exclusivamente um partido. Portanto, conforme os autores, há um antipartidarismo generalizado no Brasil, mas nele há, de forma específica, um antipetismo forte que se destaca.

Utilizando dos mesmos dados, através de cruzamentos, os autores confirmam sua hipótese de que até 2014 o eleitorado antipetista nutria simultaneamente à rejeição ao PT, a inclinação pelo PSDB.

Anselmo Conceição Rodrigues defende a tese de que o PSDB deixa de canalizar o antipetismo em 2018 e, por conta disso, perde a relevância eleitoral que manteve por duas décadas. Para o autor, essa alteração é dada especialmente pela atração a Bolsonaro pelo eleitorado evangélico. Com isso, somado a perda de identidade entre o eleitorado deslocado à direita e antipetista, o PSDB perde a relevância que possuiu. O autor conclui que, assim como o presente texto defende, a dinâmica da disputa eleitoral no Brasil não está centralizada na disputa entre partidos, mas na lógica da disputa entre petistas e antipetistas (Rodrigues, 2020).

Para o autor, o somatório de eventos, especialmente a partir de 2013, fizeram com que o eleitorado antipetista fosse significativamente se deslocando mais à direita do espectro político, enquanto o PSDB, sem notar o movimento, se firmava na centro-direita. Para Rodrigues, a análise do eleitorado que deu voto ao PSDB em 2014 e se nega a repeti-lo em 2018 é a evidência que demonstra o peso do antipetismo nesse fenômeno. Tal rejeição era o principal capital político do partido. Após a migração desse eleitorado para o bolsonarismo, o partido se perde em sua identidade, com dificuldades de reajuste presentes ainda em 2023, 5 anos depois. Muitos de seus líderes históricos se afastam ou trocam de partido e muitos prefeitos do Estado de São Paulo, o principal reduto tucano, migram para partidos da direita mais posicionada, em fase de expansão.

Com relação ao eleitorado evangélico, que foi fundamental para o crescimento de Bolsonaro, Rodrigues aponta em seu texto que tal eleitorado nunca esteve de fato alinhado ao PSDB. A derrota ao Planalto em 2002 fez com que o PT, com as chaves do Planalto, pudesse atrair as lideranças evangélicas para negociar políticas voltadas para suas bases. Em aspectos pragmáticos, o PT alcançava tal público. No componente ideológico, entretanto, nem o PT nem o PSDB se garantiam como porta vozes do público, dado o conservadorismo presente em suas pautas no campo dos “costumes”, que os dois partidos buscavam se afastar. Bolsonaro percebe tal movimento e adota a pauta para si em sua campanha, gerando os resultados vistos. Católico de formação, é só durante a campanha que Bolsonaro é batizado por um pastor evangélico, no Rio Jordão, em Israel. A medida é simbólica dessa aproximação que Bolsonaro buscou com tais lideranças e tal público. Em 2019, voltou a repetir o gesto, dessa vez batizado pelo pastor Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, uma das maiores igrejas evangélicas do país.

Para a economia, mesmo com a participação do PSDB no governo Temer e a saída da recessão e o crescimento do PIB, os desgastes eram enormes. Entre o eleitorado que analisava positivamente a gestão de Michel Temer nesse aspecto econômico, seu apoio foi canalizado pela pauta liberal de Paulo Guedes, para a campanha de Jair Bolsonaro. Portanto, o eleitorado antipetista encontrou em Jair Bolsonaro em 2018, em comparação ao PSDB, um campo mais conservador nos costumes, com um discurso mais liberal na economia, mais alinhado às pautas evangélicas e que carregava o discurso anticorrupção que afrontava o PT por conta da Lava Jato. Portanto, diz o autor:

“Tomando como ponto de partida nossos achados, se podemos falar em sistema partidário institucionalizado, tal referência só faz sentido se adotarmos a perspectiva eleitoral petistas e antipetistas, pois pode-se dizer que o PT permaneceu em seu espaço de canalizador prioritário, seja das demandas de uma política de centro-esquerda e de esquerda, seja como referência negativa do que não poderia ser adotado. O que atesta que o PT, este sim, está institucionalizado e que o nosso sistema partidário é pautado segundo a lógica PT e anti-PT.” (RODRIGUES, 2020, p 89).

Com dados do ESEB, de 2002, com a eleição de Lula, até 2018, com a entrada definitiva de Bolsonaro no cenário eleitoral desbancando o PSDB, é notável o crescimento da presença de um eleitorado antipetista autodeclarado. A evolução é a seguinte: Em 2002, 14,1% do eleitorado manifesta rejeição ao PT. Em 2006, 23,1% se

declara antipetista. Em 2010, 16,1%. Em 2014, 26,8%. Em 2018, 39,2%. Vale destacar, portanto, que há saltos em 2006, período do Mensalão, em 2014, com o desgaste de Dilma, e em 2018, com o contexto de Bolsonaro e da prisão de Lula. Os valores são menores, portanto, durante os períodos de ‘normalidade’ do Governo Lula, ao entorno de 2010, portanto.

Tal eleitorado antipetista, vale destacar, é analisado na literatura da seguinte maneira: Em Paiva, Krause e Lameirão encontra-se a elaboração de um perfil majoritário, composto por pessoas de cor branca, que tem maior escolaridade e aparece mais vezes nos estratos de maior renda familiar mensal, de camadas sociais mais elevadas e, também, entre patrões (Paiva, Krause e Lameirão, 2016, p. 653). Está, também, majoritariamente localizado entre a centro-direita e a direita no espectro político. O antipetismo se concentra especialmente no Sudeste, no Estado de São Paulo principalmente.

Os dados são semelhantes aos coletados por Ribeiro, Carreirão e Borba (2016) e Samuels (2006). Os autores destacam, também, a relação entre a eclosão do Mensalão e dos escândalos envolvendo a Petrobras e a Lava-Jato, com a diminuição do reconhecimento ‘positivo’ ao PT e expandindo o eleitorado antipetista. O reconhecimento como antipetista possui vínculo, para os autores no período analisado, com o voto no PSDB, já que são pesquisas anteriores à eleição de 2018.

3.3) A disputa

No contexto de uma notável ascensão da rejeição como fator eleitoral importante, dados do Latinobarômetro de 2018² apontavam que 66,5% do eleitorado não apresentava confiança alguma nos partidos políticos.

Soma-se a isso a taxa baixa de filiação partidária no Brasil, que de acordo com os dados do TSE³, são: em 2002, apenas 10,7% do eleitorado brasileiro era filiado a algum partido político. Em 2006, 10,2%. Em 2010, 10,2%. Em 2014, 9,8. Em 2018, 10,4%. Em 2022, 10,1%.

Nesse sentido, Fuks, Ribeiro e Borba (2018, 2019) apontam que é nesse cenário de crescimento de um antipartidarismo generalizado e da rejeição petista que a apresentação de Bolsonaro como o novo player defendendo a antipolítica, como um

outsider, ganha espaço. Visto como capaz de derrotar o PT, o eleitorado antipetista migrou em massa do PSDB para o candidato em 2018 e se manteve com ele em 2022.

O fato de Bolsonaro ter ganhado a eleição de 2018 em um partido pequeno (PSL), sem habilidades políticas tradicionais e sem recursos significativos se comparado a campanhas tradicionais, mostra, para os autores, que é o movimento da rejeição à política a responsável por seu crescimento e não uma construção guiada pela lógica partidária tradicional. No primeiro ano de governo, em novembro de 2019, Bolsonaro assina a desfiliação do PSL após desentendimentos com o seu presidente, Luciano Bivar. Isso mostra que sua plataforma de campanha não estava estruturada em ideais partidários consolidados, mas em outros tipos de símbolos e recursos eleitorais.

Fuks, Ribeiro e Borba (2019), demonstram que, se comparado ao comportamento de eleitores que rejeitam outros partidos, o eleitor antipetista possui, de fato, uma expressão eleitoral cujo impacto é maior, dado que em seu processo de escolha há possibilidades significativas de eleger candidatos ‘antissistema’. É como se afirmassem que, para negar o voto e a eleição do candidato do PT, o eleitor antipetista possua maiores chances de escolher qualquer candidato que pareça viável, independentemente de qualquer tipo de relação partidária.

Para demonstrar isso, sabe-se, por exemplo, que em 2018 Geraldo Alckmin foi o escolhido dos tucanos, mas obteve o pior desempenho do partido até então, conquistando apenas 4,76% dos votos no primeiro turno, rompendo um ciclo. Se em 1994 e 1998 o partido venceu as eleições presidenciais, nas demais a partir de então havia ido para o segundo turno em todas elas, disputando contra o candidato petista. Para 2022, a rivalidade entre os pré-candidatos João Dória e Eduardo Leite, somado ao fraco desempenho do partido nas pesquisas eleitorais até então, fez com que o PSDB optasse por apoiar a candidatura de Simone Tebet, quebrando o ciclo de candidaturas próprias que durou décadas. Tebet, porém, assim como Alckmin em 2018, fez apenas 4,2%, sinalizando que a migração do voto antipetista, pertencente ao PSDB até 2014, se cristalizou no bolsonarismo em 2018 e 2022. Indica-se então que o fenômeno do partidarismo negativo, portanto, pode ser compreendido no Brasil recente através dessa disputa do Partido dos Trabalhadores e do movimento antipetista.

É significativo o aumento da presença de sentimentos de insatisfação com os partidos políticos de forma geral, e o PT de forma específica, no contexto da eleição de 2018, especialmente no ciclo iniciado a partir de 2013, quando as Jornadas de Junho

escancaram tais sentimentos. A ascensão do antipartidarismo nesse período é notável, como colocam Fuks, Ribeiro e Borba (2018, 2019). O movimento encontra em Jair Bolsonaro o *outsider* com discurso fortemente atrelado ao antipetismo para se propagar.

Para os autores, a vitória de Jair Bolsonaro em 2018 deve ser compreendida sob essa ótica da combinação do antipetismo e da rejeição aos partidos “tradicionais”, como o PSDB. As mudanças recentes no comportamento eleitoral brasileiro e nos padrões do ‘fazer política’, para os autores, devem ser analisadas pela compreensão da intensificação desse sentimento antipartidário (Fuks, Ribeiro, Borba, 2020, p 02).

Há uma divisão conceitual do que consideram ser um antipartidarismo radical e um antipartidarismo moderado ou tolerante. É justamente o primeiro tipo, que envolve uma rejeição radical aos partidos políticos, que explicaria boa parte do comportamento eleitoral brasileiro recente. Quando o fenômeno do partidarismo negativo passou a ser estudado, na década de 1960, havia a captação da existência do fenômeno, mas em proporções significativamente menores. Com o passar do tempo, a rejeição à política de forma geral é captada lado a lado com o partidarismo negativo, que ainda mantém um apoio para o partido opositor ao do adversário. Portanto, em alguma intensidade, os autores alertam para o posicionamento crescente de eleitores que simplesmente rejeitam os partidos políticos de forma geral, votando, portanto, em outsiders que construam discursos “antissistema” (Fuks, Ribeiro, Borba, 2020, p 03).

O Brasil recente, para os autores, deve ser observado sob o somatório do partidarismo negativo, que implica um partido rejeitado sob o qual eleitores jamais votam em nenhuma circunstância, e o antipartidarismo radical, em que há uma rejeição da política de forma geral, estimulando outsiders. (Fuks, Ribeiro, Borba, 2020, p 05).

Em Zucco e Samuels, os autores apontam que diferenciações entre programas econômicos, o tamanho e peso do ‘Estado’ na economia, as posições políticas de forma geral e seus compromissos democráticos influenciaram, claro, nas decisões político-eleitorais, mas que é a lógica que divide petistas e antipetistas na disputa de rejeição que é fundamental para compreender o país. A divisão do eleitorado entre petistas e Peessedebistas até 2014, e petistas e bolsonaristas a partir de 2018, mostraria que há um componente afetivo relevante no comportamento eleitoral do país, já que a mudança política é brusca. (Samuels, Zucco, 2018).

Em seu texto, os autores mostram que o crescimento do antipartidarismo entre 1998 e 2016 no Brasil passou de 15,7% para 23,9% do eleitorado. Indo além, os autores cruzam dados e apontam que, no Brasil, ainda que o posicionamento antipartidário seja associado ao eleitorado antipetista, é apenas em 40% desse público que há, de fato, associação de rejeição a um partido específico. Caracterizações mais genéricas da “antipolítica” ou a rejeição para mais de um partido são as mais frequentes. É considerado antipartidário, nesse estudo, o eleitor que não possui identificação partidária e rejeita ao menos um partido específico. Dessa forma, há uma difusão partidária no antipartidarismo brasileiro. (Samuels, Zucco, 2018).

Da mesma forma que o petismo conseguiu cultivar uma atração política forte de boa parte do eleitorado, em contrapartida, o antipetismo é sua reação. Em ao menos metade do eleitorado, como apontam os autores, a relação com o partidarismo negativo ou positivo se dá pela forma com que se relacionam com o PT e os sentimentos que cultivam pelo partido. Desde a redemocratização, o PT domina essa relação da lógica partidária no país para uma parte significativa do eleitorado, como o partido mais amado e, também, o mais rejeitado (Samuels, Zucco, 2018).

Em surveys realizadas pelos autores, os dados mostram que Zucco e Samuels acertam ao levantar a hipótese de que a maioria dos eleitores manifesta seus sentimentos de partidarismo ou partidarismo negativo com relação ao PT. As atitudes eleitorais provenientes dessa relação com o partido, seja pelo voto ou pela rejeição, são significativamente maiores que as atitudes relacionadas ao PSDB ou aos demais partidos. Além disso, o PT mostrou também ser o partido com a maior capacidade de interação identitária (*in-group identity*). Seus membros apresentam índices de votos no partido substancialmente maiores do que os membros dos demais partidos em seus respectivos grupos. Da mesma maneira, é o partido com a maior identificação externa negativa (*out-group identity*), em que seus membros repelem os candidatos de outros partidos que não o PT (Samuels, Zucco, 2018).

Em Fuks, Ribeiro e Borba, os autores apresentam uma pesquisa de 2017 do Lapop que especifica a caracterização do eleitorado antipartidário. Nela, encontra-se que, do eleitorado geral, 56,64% se declaram “não antipartidários”. Antipartidários em alguma medida seriam, portanto, acima de 43%. Apenas 10,70% se declaram antipetistas e 10,43 se declaram antipeessedebistas. A rejeição aos dois partidos simultaneamente atingiu

22,22%. Vale destacar que em 2017 o player Jair Bolsonaro (PL) não havia ainda entrado na presidência da República e estava fora da medição, portanto. Os dados servem para mostrar que, até 2018, o público antipartidário se concentrava nos dois principais partidos presidenciais até então, o PSDB e o PT (Fuks, Ribeiro, Borba, 2020, p 08).

Há, também, dados do Lapop que apontam para os tipos de antipartidarismo, em 2017. 56,8% desses entrevistados, não se consideravam antipartidários. 14,6% se consideravam antipartidários tolerantes. 6,4% se consideravam antipartidários intolerantes. 13,2% se consideravam antipartidários generalizados e tolerantes. 9% se consideravam antipartidários generalizados e intolerantes. Como dito, dessa pesquisa extrai-se que 43% dos eleitores entrevistados em 2017 se consideravam antipartidários em alguma maneira. É um número expressivo, sem dúvida. A rejeição aos partidos, em alguma maneira, é maior, portanto, que o antipetismo propriamente dito. (Fuks, Ribeiro, Borba, 2020, pp 8-13).

Em André Singer (2012, 2018), já mencionado, encontramos a tese de que há um realinhamento da política brasileira nos anos de governo petista. O petismo, mas também (e principalmente) o Lulismo, com suas pautas voltadas para a implementação de programas sociais de impacto, seriam as causas desse realinhamento. Para Singer, tais políticas causaram significativo impacto nas estruturas econômicas e sociais do país, ainda que com caráter de ‘reformismo fraco’ se comparado aos planos iniciais do partido quando criado. Essa mudança sentida nas estruturas das classes do Brasil causaria uma alteração no comportamento eleitoral, estimulando não só a cristalização do voto lulista pela benesse, mas também o voto antipetista, em rejeição à política social do partido.

Em Samuels e Zucco (2018), como visto, há o apontamento direto do partidarismo negativo como um dos mais importantes, se não o mais importante, fator de decisão do voto eleitoral brasileiro. Especificamente sobre o antipetismo, os autores concluem que o movimento, guiado, portanto, pela rejeição automática ao PT, independentemente do candidato do outro lado, é um dos fenômenos mais marcantes da escolha eleitoral do brasileiro.

E em relação aos partidos políticos de forma geral, o Brasil, pelo seu sistema multipartidário, apresenta não só um largo número de partidos que passam pelos espectros políticos diversos, mas também, de forma pejorativa, uma inconsistência ideológica

significativa (Tarouco, Madeira, 2015). Os partidos são posicionados em escalas, da direita à esquerda, que definem algo sobre seus programas partidários e sobre sua ideologia propriamente dita. Porém, no ‘dia a dia’ de um governo, a prática das votações no Congresso Nacional reflete um sistema partidário cuja consistência ideológica é pequena. São muitos os parlamentares que, por conta de cálculos eleitorais de curto prazo, aderem a programas e projetos que contrariam o posicionamento ideológico do partido ao qual pertencem.

Com isso, há estímulo para que no imaginário coletivo eleitoral a associação de ideias como práticas fisiológicas, que empobrecem a discussão pública, esteja enraizada no eleitorado. É também por essa razão que se encontra o distanciamento da política profissional do dia a dia da população. Em períodos de comunicação instantânea pela internet, é facilitada a estratégia de canalização de rejeição e sentimentos negativos em relação à partidos políticos ou personalidades. Portanto, o cenário dado é que a rejeição e o partidarismo negativo não só estão crescendo, mas que permanecerão relevantes por algum tempo.

4.0) As eleições presidenciais no Brasil e a rejeição

Nessa seção, pretende-se descrever o desempenho eleitoral de Fernando Collor, do PT, do PSDB, de Jair Bolsonaro e dos coadjuvantes. Pela questão histórica, a ênfase está majoritariamente no PSDB e no PT, dado o cenário de duas décadas de disputa concentrada. Grosso modo, o PT representando a centro-esquerda e esquerda; o PSDB representando a centro-direita e a direita, reconhecendo todos os limites e imprecisões no uso desses conceitos. Depois, é relatado o rompimento dessa lógica, com a entrada de Bolsonaro no cenário presidencial. Além disso, é apresentado um breve cenário de contextualização para cada eleição, com foco no componente da rejeição e do partidarismo negativo.

4.1) A eleição presidencial de 1989 no Brasil

A eleição presidencial de 1989 foi a primeira eleição direta após o fim da ditadura militar. Antes dela, em 1985, o Congresso Nacional, em eleições indiretas, havia escolhido para presidir a República o ex-governador e congressista mineiro Tancredo Neves (PMDB). Porém foi seu vice, José Sarney (PMDB), que acabou assumindo a presidência da República, após o falecimento de Tancredo.

José Sarney havia construído carreira política na base governista do regime militar, sendo filiado, inclusive, ao ARENA, posteriormente PDS, partidos de apoio ao regime. Em 1984, porém, filiou-se ao PMDB, opositorista à ditadura, e com apoio indireto dos militares, foi eleito vice-presidente na chapa de Tancredo Neves. Não era, portanto, um vice no sentido pleno, de ter as mesmas compreensões e posições acerca das questões políticas do país. As posições de ambos, ao longo dos anos 60, 70 e 80, foram significativamente destoantes.

O governo Sarney foi marcado por um ambíguo processo político: a retomada de um governo civil, após mais de 2 décadas de regime militar, e um longo e árduo processo fracassado de combate à inflação, com graves problemas econômicos.

Os planos de combate à inflação não cumpriram seus objetivos, na mesma medida em que a insatisfação popular com o governo aumentava. O instituto DataFolha, em maio de 1987, divulgou pesquisa sobre aprovação do governo. Seu resultado era irrisório. Sarney apresentava apenas 9% de aprovação, demonstrando que não havia, de fato, capilaridade em suas ações governamentais na população, que esperava melhores resultados econômicos. Os índices de “ruim ou péssimo” atingiam 54%. Entre o início de seu governo e o fim, em 1990, Sarney oscilou entre 11% e 5% para “ótimo ou bom”, resultado baixíssimo se considerado a série histórica analisada entre os presidentes.

Além disso, acusações em série de corrupção no governo intensificavam esse incômodo popular, especialmente porque, se nos anos anteriores, a forte repressão do regime dificultava a divulgação, agora, no novo governo ‘livre’, os casos se acumulavam aos montes e ganhavam grande repercussão.

Nesse sentido, em 1989, após longo processo popular de reivindicação pelo direito de votar para presidente da República, as ‘Diretas Já’, as eleições ocorreram. Partidos da base do governo, como o PMDB e o PFL, não alcançaram expressão eleitoral na disputa presidencial, prejudicados também pela imagem negativa de Sarney. O PSDB, por sua vez, fundado em 1988, foi prejudicado pela baixa taxa de identificação partidária, sem

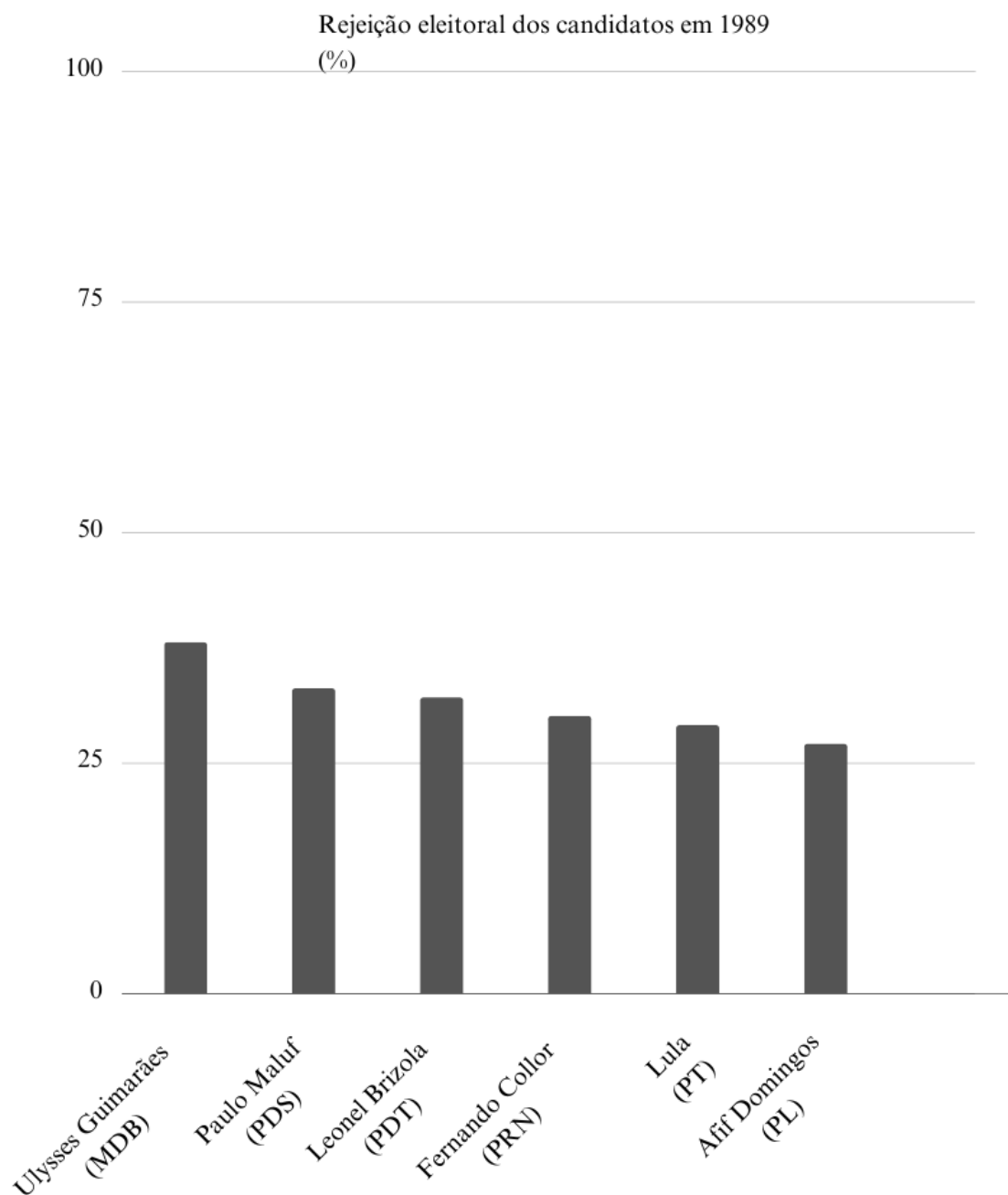
alcançar expressão significativa no eleitorado nacional que teria nos anos futuros. Os três principais candidatos, Collor, Lula e Brizola, eram todos de oposição ao governo.

Ulysses Guimarães (MDB) era o mais rejeitado dos candidatos. Na sondagem do Datafolha de 3 de novembro, o candidato aparecia com 38% de rejeição. Figura histórica da Constituinte, Guimarães herdou nessa eleição a má avaliação do governo de José Sarney (MDB). Pela incapacidade de lidar com a inflação e questões econômicas graves, o governo, mal avaliado, influenciava nos votos do candidato da situação. No início da sondagem, em 4 de junho, Guimarães tinha 49% de rejeição, alcançando 52% em 20 de agosto. Com a evolução da campanha, ao apresentar seus projetos e tentar se desvincular do governo, conseguiu melhorar os seus índices.

Na segunda posição nas rejeições estava Paulo Maluf (PDS), com 33%, seguido por Leonel Brizola (PDT), com 32%. Na quarta posição estava Fernando Collor (PRN), com 30%, seguido por Lula (PT), com 29%. Portanto, os principais nomes da eleição, com os maiores índices de voto, estavam entre os índices mais rejeitados.

Entre os demais candidatos, Afif Domingos (PL) aparecia com 27% de rejeição e os demais, todos abaixo de 24%.

Na evolução de sua campanha, Fernando Collor, que largava nas sondagens com apenas 11% de rejeição, ao se firmar como um dos candidatos mais competitivos e o principal opositor a Lula, o segundo candidato mais forte, viu sua rejeição crescer significativamente, aumentando quase três vezes.



Fonte: Datafolha (03/11/1989). Elaboração do gráfico pelo próprio autor.

Sagrou-se vencedor Fernando Collor de Mello (PRN). Collor havia sido governador de Alagoas e, em sua campanha, defendia medidas de abertura da economia brasileira ao capitalismo internacional e severas medidas anticorrupção. No primeiro turno, teve 30,8% dos votos. Lula, na segunda posição, teve 17,19%.

Além de Collor e Lula, concorreram também outros 20 nomes. Deles, destacam-se: Ulysses Guimarães (PMDB); Leonel Brizola (PDT); Mário Covas (PSDB); Paulo Maluf (PP); Ronaldo Caiado (PSD); Roberto Freire (PCB); Fernando Gabeira (PV); Enéas Carneiro (PRONA); Afif Domingos (PL) etc. Desses todos, apenas dois conseguiram mais de 10% dos votos: Leonel Brizola teve 16,51% e Mário Covas teve 11,52%.

É aqui, já em 1989, que o longo caminho que Lula e o PT traçariam para a história política do Brasil, com relação às disputas presidenciais. Ainda que próximo de Brizola, Lula e Collor conseguiram as posições de primeiro e segundo candidatos, indo, portanto, para segundo turno. Lula e o PT passariam a concentrar cada vez mais os votos dados a Brizola nesta eleição, se tornando o principal candidato e o principal partido da esquerda no país.

Nas eleições de 89, portanto, há um sinal desse caminho que o país tomaria, anos a fio, em relação a estruturação das candidaturas mais fortes na disputa a presidência da República: O candidato do PT e o adversário que conseguisse se posicionar como o principal rival do candidato petista, independentemente de qual partido estivesse. Para a disputa daquele ano, com o PT ainda sem alcançar o governo, o antipetismo enquanto movimento não possuía a expressão que atingiu depois. Lula, enquanto candidato de esquerda, possuía rejeição. É diferente de dizer, portanto, que havia um movimento estruturado, como o antipetismo, de rejeição sistêmica e organizada, fruto do fenômeno do partidarismo negativo. A rejeição havia, a sua sistematização e expressão que o antipetismo alcançaria futuramente, ainda não.

Em 1989, Lula, do Partido dos Trabalhadores, havia já tido experiências políticas no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, e havia sido deputado federal constituinte. Lula, naquela época, enfrentava forte resistência da mídia televisiva, que construía a imagem de um candidato sem ensino superior e alinhado a teorias ‘subversivas’ como pautas sindicalistas, defesa da reforma agrária e o ‘comunismo’.

Já Fernando Collor, o jovem governador alagoano, teve sua campanha política construída como representante da inovação. Se José Sarney, o então presidente, representava conexão com o regime anterior, dado seu histórico vínculo com o ARENA, Collor, por sua vez, representaria a modernidade, algo novo para o Brasil. A campanha eleitoral, recheada de símbolos, trazia um Collor jovem e esportista, andando de JetSki,

fazendo corridas ao ar livre, pregando contra os ‘marajás’ e contra a corrupção que dominava a pauta pública do governo Sarney. Lula, por sua vez, retratado em meio a sindicatos e greves, com a barba por fazer e roupas simples, além do linguajar não erudito, como o de Fernando Collor. Dessa forma, havia, entre as classes empresariais, um discurso muito alinhado à plataforma de Collor, enquanto Lula defendia interesses das classes mais baixas.

Havia, também, uma outra divisão clara no eleitorado. Parte da sociedade que fosse ligada a movimentos acadêmicos, sociais e sindicais, possuía identificação a campanha petista. De outro lado, as elites empresariais e boa parte dos demais eleitores das classes médias e altas agarrou-se à candidatura de Collor que, até pouco tempo, enquanto governador de um pequeno estado como Alagoas, era desconhecido do eleitorado nacional. As demais candidaturas, como as de Paulo Maluf, Mario Covas e Leonel Brizola, disputavam o posto de políticos capazes de trazer as mudanças e reformas que o país necessitaria, mas sem alcançar votos suficientes para irem ao segundo turno.

A terceira colocação da eleição, ocupada pelo ex-governador carioca Leonel Brizola, era situada por uma campanha do campo das esquerdas. Portanto, disputando um eleitorado de alguma forma semelhante ao de Lula. Brizola, cujo partido reivindica heranças do movimento trabalhista de Getúlio Vargas, possuiu uma expressiva quantidade de votos inclinados para esse campo político. De maneira semelhante a Lula, Brizola adotou um discurso cuja base comunicativa fazia referências a problemas sociais do povo brasileiro, defendendo direitos trabalhistas e que não se assemelhavam ao discurso das elites dominantes, voltado aos interesses do capital internacional. Portanto, Brizola e Lula dividiam o eleitorado com inclinação da plataforma eleitoral elitista. Como Lula conseguiu a posição de segundo colocado, passando ao segundo turno, conquistou boa parte dos votos direcionados a Brizola, consolidando sua posição como principal líder do campo das esquerdas.

Uma vez eleito, Collor iniciou o governo realizando algumas medidas estruturais relevantes. Em uma delas, optou por flexibilizar a importação de automóveis fabricados no exterior. É essa, diz o ex-presidente, uma das principais razões para ter sofrido processo de Impeachment, que encerrou seu governo, em 1992, já que desagradou a elite do setor produtivo brasileiro.

Além disso, a inflação era, também, um dos graves problemas econômicos enfrentados pelo país na época. O destaque foi o chamado ‘Plano Collor’, que, assim como os planos de Sarney, visava combater a inflação e estabilizar a economia brasileira. O congelamento de poupanças e ativos, principal medida do Plano Collor, gerou ondas de insatisfação popular. Com isso, uma série de protestos nas ruas do país pedia a saída do presidente. São muitos os casos de empresas que faliram e pessoas que, sem perspectiva de reaver seus ativos, cometiam suicídio. A insatisfação popular, portanto, era notória. O instituto DataFolha, em sondagens de opinião durante seu governo, atesta essa derrocada. Em março de 1990, Collor atingia 71% de aprovação “ótimo ou bom” e apenas 4% de “ruim ou péssimo”. Já em setembro de 1992, no fim de seu breve governo, os índices de “ótimo ou bom” despencam para 9%, enquanto o “ruim ou péssimo” sobe para 68%.

Encerrado o processo de impeachment de Collor, que ganhou forças pela frágil aliança legislativa que o presidente cultivava com o Congresso Nacional, o vice-presidente eleito, Itamar Franco (PMDB), ex-governador e ex-senador por Minas Gerais, tomou posse como presidente da República. Em um de seus projetos mais relevantes, propôs uma solução para a crise inflacionária do Brasil, através do Plano Real.

Em seu gabinete de ministros, Itamar havia escolhido Fernando Henrique Cardoso, professor de sociologia da Universidade de São Paulo, como ministro de Relações Exteriores e, posteriormente, como ministro da Fazenda. Cardoso, durante a gestão da pasta, foi um dos responsáveis pelo lançamento do Plano Real.

Através do lançamento do Plano, que envolveu uma equipe de economistas, Cardoso conseguiu canalizar os ganhos eleitorais com a estabilização do Real para sua campanha. Era, portanto, um candidato forte, que largava a corrida com números expressivos de intenção de voto, erguendo o PSDB para níveis de projeção nacional suficientes para obter resultados na eleição presidencial que estava próxima. Do outro lado, como é sabido, estava Lula, que crescia fortemente no eleitorado e se estabilizava como o ator político mais relevante das esquerdas.

4.2) As eleições presidenciais de 1994 no Brasil

A eleição de 1994, da qual sagrou-se vencedor o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), deve ser compreendida levando em conta a ótica do Plano Real enquanto estabilizador da economia brasileira.

A década de 1980 e o início da década de 1990 foram marcadas pela hiperinflação. As alterações de preços corroíam o poder de compra dos salários, a tal ponto que, em um mesmo dia, podia-se comprar os mesmos produtos nos supermercados pelo dobro do preço, a depender da hora que se chegasse ao estabelecimento. De fevereiro de 1986 a novembro de 1989, o IPCA acumulado era de 107.492,07%, algo inimaginável no Brasil de hoje. Nesse sentido, o poder de compra dos salários era, para a população, uma das maiores preocupações eleitorais.

Com a chegada do Plano Real e a estabilização de preços, o poder de compra foi reestabelecido a níveis normais. Além disso, com o Real valendo aproximadamente o valor do dólar, a capacidade de compra de itens importados do brasileiro aumentou. Na época, fazia-se, por exemplo, comparações relativas à quantidade de iogurtes e queijos comprados pelas famílias brasileiras. Com a retomada da estabilização dos preços, não havia mais a necessidade de se fazer as ‘compras do mês’ e estocar alimentos que não estragassem rapidamente, como arroz, feijão e óleo de cozinha. Assim, a quantidade de alimentos perecíveis que podiam ser consumidos aumentou. Com isso, a sensação de bem-estar e qualidade de vida, também (Almeida, Garrido, 2022, pp 64-78).

Portanto, ainda que Itamar Franco fosse o presidente da República, com a hábil estratégia de canalização dos benefícios eleitorais do Plano Real para Fernando Henrique, sua campanha chegava à eleição de 1994 com grandes possibilidades de vitória.

Ex-senador e ex-ministro, FHC possuía, portanto, experiência política. Com o apoio partidário angariado, juntando PSDB, PFL e PTB, FHC inviabilizava outras candidaturas fortes fora do campo das esquerdas, como a de Paulo Maluf, por exemplo. Seu principal adversário foi Lula (PT), que abordava em suas plataformas de campanha questões relativas ao desemprego e direitos trabalhistas.

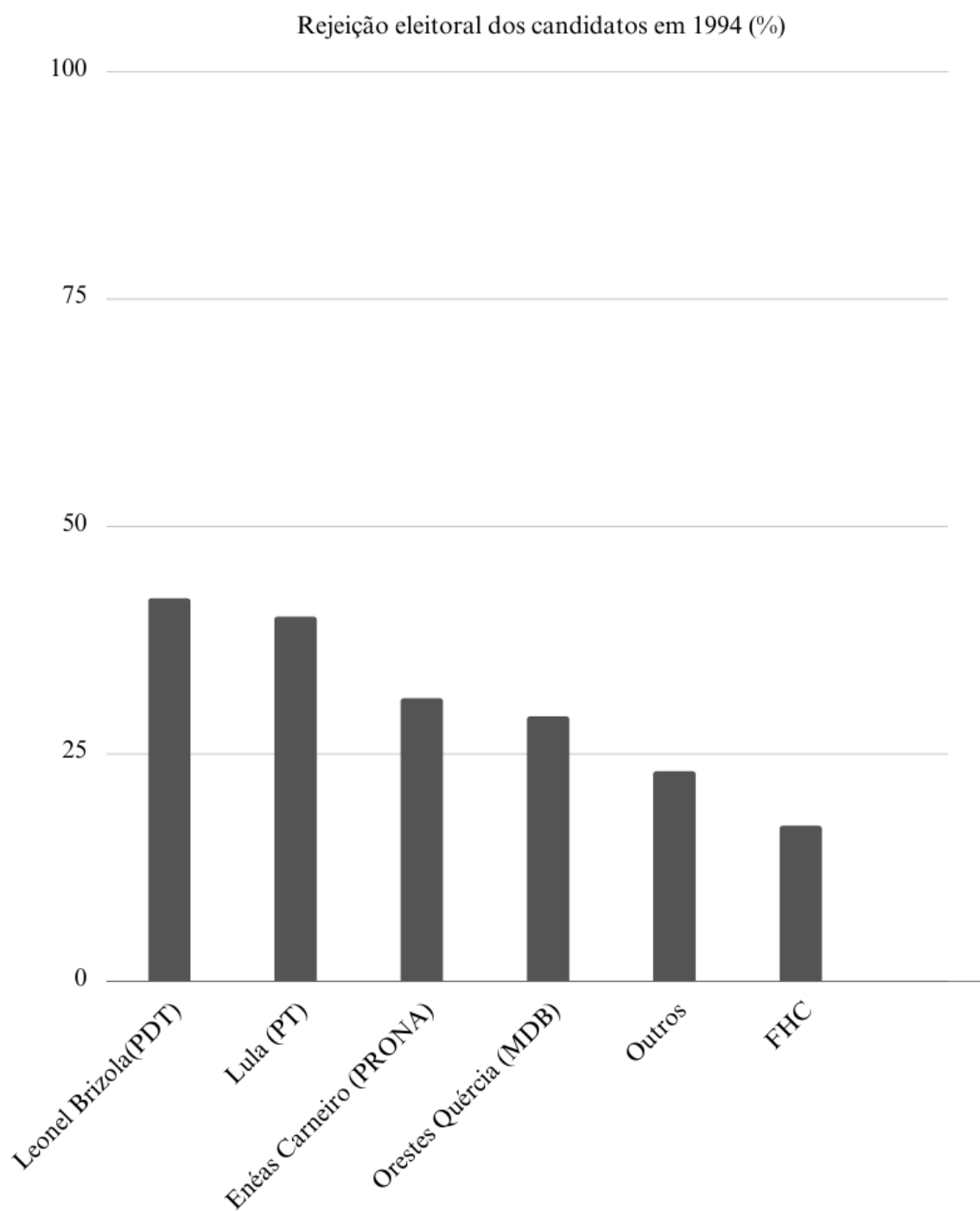
A disputa foi decidida já no primeiro turno. FHC conquistou 54,28% dos votos. Lula, na segunda posição, alcançou 27,04% dos votos. Na terceira posição ficou Eneas Carneiro (PRONA), com 7,38%. Vale destacar, portanto, que o primeiro e o segundo candidatos juntos, concentraram mais de 80% dos votos válidos. É importante mencionar que não haveria espaço suficiente para outra candidatura forte na disputa.

Brizola, que disputava espaço com Lula na eleição anterior, sofre uma perda significativa de votos para Lula, que consolida de vez o espaço na esquerda, como o principal adversário do programa liberalizante de governo. Fernando Henrique Cardoso, como responsável pelo Plano Real, estava consolidado como representante das classes empresariais e conservadoras, mas também conquistando votos de muitos membros das classes baixas, pelos benefícios da estabilização econômica do Plano Real.

Havia, no total, 8 candidatos à presidência em 1994. Além de Lula e FHC, concorreram também Eneas Carneiro (PRONA), que marcou, como dito anteriormente, 7,38%; Leonel Brizola (PDT), com 3,18%; Espiridião Amin (PPR), com 2,75%; Orestes Quercia (PMDB), com 4,38%; Carlos Gomes (PRN), com 0,61%; e Hernani Goulart Fortuna (PSC), com 0,38%.

Se, em 1989, como já dito, Leonel Brizola (PDT) havia de fato disputado o reduto eleitoral lulista, ficando a poucos votos da segunda posição, que foi ocupada por Lula, 5 anos depois fica nítida a consolidação do petista no campo progressista. Lula salta, no primeiro turno de 1989, de 17,19%, para 27,04% em 1994. Já Brizola, por sua vez, amargou uma queda brusca de 16,51% em 1989 para 3,18% 5 anos depois. A plataforma de campanha petista uniu também os partidos PSB, PPS, PV, PCdoB e PSTU, cristalizando sua posição.

Brizola (PDT) e Lula (PT) lideravam as sondagens de rejeição do instituto Datafolha. Nas vésperas da eleição, em 22 de setembro, o instituto apontava que Lula tinha 40% de rejeição. O pedetista aparecia na primeira posição, com 42%. Fernando Henrique Cardoso, o candidato mais forte por conta dos êxitos do Plano Real em estabilizar a economia do país, aparecia com apenas 17%, na última colocação. Eneas (PRONA), estava em terceiro, com 31% de rejeição. Orestes Quercia (MDB), marcou 29%. Os três demais candidatos marcavam entre 23 e 24%.



Fonte: Datafolha (22/09/1994). Elaboração do gráfico pelo próprio autor.

Se 1989 indicava o caminho a que o país estava tomando, 1994, por sua vez, mostra a consolidação desse fator. Lula, no campo progressista, se tornaria ‘imbatível’. O PSDB, por sua vez, se consolidaria como seu principal adversário, posição perdida apenas em 2018, 24 anos depois.

Como visto, a popularidade do Plano Real garantiu a FHC a vitória eleitoral e também o índice de rejeição mais baixo. Com o início do governo, quando deixa de ser “pedra” no telhado dos adversários, para se tornar o “teto de vidro”, passa a ver a sua rejeição crescer. Em 1994, Lula também não havia sido governado ainda. Sua rejeição estava, como visto, abaixo, por exemplo, de Leonel Brizola. O candidato petista e seu principal adversário (na época FHC e os tucanos), portanto, não passavam pelo efeito sistêmico e estruturado do partidarismo negativo nas proporções que encarariam anos depois. Ambos, assim como os demais, eram alvo de rejeição política. Ainda que já houvesse eleitores que pudessem manifestar rejeição consolidada ao partido, não era em expressão suficiente para que se notasse um fenômeno em ascensão como se percebe décadas depois.

4.3) As eleições presidenciais de 1998 no Brasil.

Até então, não havia permissão para a possibilidade de disputa de reeleição para cargos executivos no país. Foi durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso que o Congresso Nacional aprovou a mudança, permitindo uma única reeleição consecutiva. A medida, patrocinada pelo presidente FHC, valia não apenas para a presidência da República, mas também para os governos estaduais, prefeituras municipais e até reitorias de universidades.

Podendo, portanto, disputar a reeleição, FHC era um candidato natural. Presidentes em exercício, com a máquina estatal sob seu controle, tendem a ser fortes candidatos. O PSDB contou com PFL, PMDB, PTB e PPB em sua coligação. Lula, na oposição, por sua vez, ganhava cada vez mais espaço, e alcançou, naquele ano, 31,71% dos votos. Sua coligação também havia se alargado, contando com PDT, PSB, PCdoB e PCB. Mas a disputa foi decidida ainda em primeiro turno, com FHC sendo reeleito com 53,06% dos votos válidos. Em setembro de 1998, nas vésperas da eleição, o DataFolha divulgou sondagem que apontava que 43% dos entrevistados avaliavam o governo como ótimo ou bom. 37% avaliavam como regular. 17% como “ruim ou péssimo”.

Também se candidataram Ciro Gomes (PPS), que teve 10,97% dos votos válidos; Eneas Carneiro (PRONA), com 2,14%; e outros 7 candidatos, todos com menos de 0,4% dos votos cada um.

Em 1998, portanto, assim como em 1994, o cenário eleitoral para a presidência da República não dava margem competitiva para uma terceira candidatura. Lula e FHC concentraram aproximadamente 85% dos votos. Uma outra vez, a disputa estava dada entre o candidato do PT e seu principal adversário. Desta vez, o próprio presidente da República em exercício.

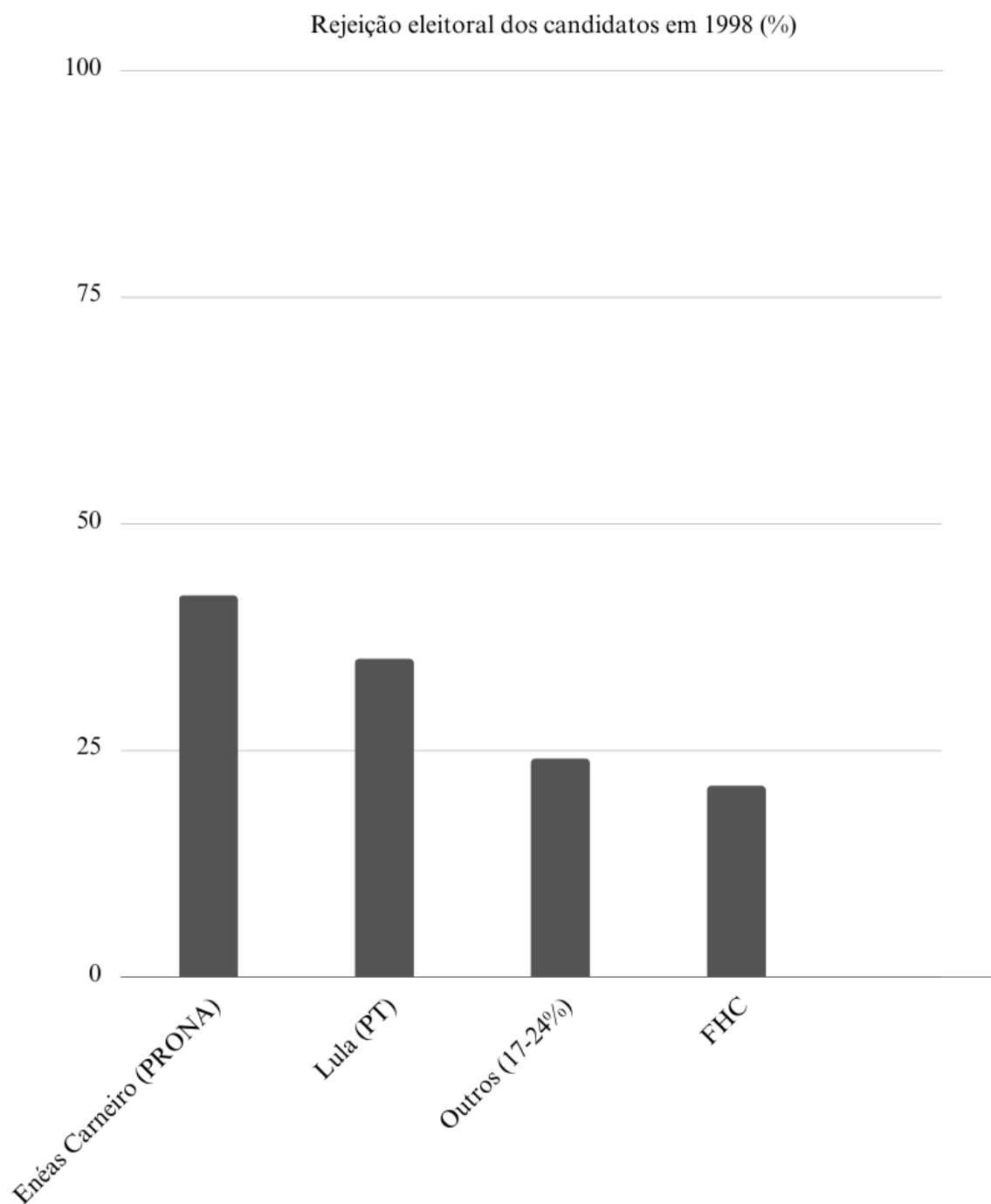
Na terceira posição, como visto, ficou Ciro Gomes. Ciro havia sido ministro da Fazenda por um período do governo Itamar Franco, governador do Ceará, deputado estadual e prefeito de Fortaleza (CE). Jovem, mas experiente, Ciro também disputava o eleitorado progressista, trabalhando em sua campanha questões relativas a direitos trabalhistas e ao desenvolvimento do país. Porém, Lula, já consolidado neste campo, conquistou a maioria deste eleitorado, mantendo seu nome como o mais forte do campo popular.

Ainda que FHC tenha se sagrado vencedor da disputa, uma série de problemas durante seu mandato o enfraqueciam. Apesar da estabilização financeira trazida pelo Plano Real, problemas como falência de indústrias brasileiras e o aumento substancial do desemprego abalavam seu governo. Além disso, a cartilha privatista de seu governo, que envolveu empresas estatais de grande porte, como a Vale do Rio Doce, não possuía apelo popular, sendo fortemente criticada pela oposição.

A crise cambial, que tomou corpo logo no início do segundo mandato de FHC, reduziu o crescimento do país e aumentou o desemprego e a dívida pública. Com isso, Lula e o Partido dos Trabalhadores ganhavam espaço entre as classes mais baixas da população, com propostas de geração de empregos, fortalecimento da presença estatal no país, uma série de projetos sociais e com propostas substanciais para os trabalhadores. Portanto, se a eleição de 1998 foi vencida por FHC, o espaço aberto para que Lula crescesse como principal nome da oposição seria definidor das eleições de 2002. (Almeida, Garrido, 2022, pp 80-94).

Da mesma forma que em 1994, nas eleições de 1998 Fernando Henrique Cardoso (PSDB) apareceu nas sondagens com uma rejeição relativamente baixa, se comparado a outros candidatos. O presidente mantinha vantagens significativas. O instituto Datafolha

apontava que nas vésperas da eleição, em 18 de setembro, FHC tinha 21% de rejeição. Na primeira posição estava Enéas (PRONA), com 42%. Lula (PT) aparecia em segundo, com 35%. Os demais candidatos oscilavam entre 17 e 24%.



Fonte: Datafolha (18/09/1998). Elaboração do gráfico pelo próprio autor.

Para essas eleições, a rejeição atua como um fator mais importante do que havia sido em 1994. O presidente Fernando Henrique Cardoso viu sua rejeição crescer de forma muito pequena. Se nas vésperas da primeira eleição possuía 17%, nesta, após seus primeiros 4 anos de governo, possuía 21%. Lula, por sua vez, viu sua rejeição diminuir. Em 1994, possuía 40%. Desta vez, 35%. São valores altos, mas que destacam a redução das resistências ao nome que se tornaria presidente na próxima eleição. Ainda que houvesse posicionamentos e movimentos que questionavam e faziam oposição à pauta petista, não havia, até então, um movimento estruturado como o antipetismo atingiria anos depois. Uma outra vez, trata-se ainda de rejeição eleitoral, não do partidarismo negativo em seu sentido pleno.

4.4) Eleições presidenciais de 2002.

Fernando Henrique Cardoso, já no segundo mandato, não poderia ser reconduzido ao posto. Portanto, entre seus aliados, houve disputa pela posição de sucessor. José Serra (PSDB), ministro da Saúde, visto pelo partido como o mais forte candidato entre sua base, é escolhido para a sucessão¹. Porém, por ser um candidato do governo, seria herdeiro de parte do bônus mas também do ônus de FHC. O DataFolha, nas vésperas da eleição, apontava que a avaliação “ótimo ou bom” do governo era de 23%, enquanto “regular” marcava 42% e “ruim ou péssimo” marcava 32%, resultados significativamente piores que os da véspera das eleições anteriores, de 1998.

Serra, que ocupava a pasta da Saúde, havia sido senador e deputado Federal por São Paulo, além de ministro de Planejamento e Orçamento durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Foi escolhido como candidato à sucessão por uma série de razões. Disputavam internamente com ele, entre outros, o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o ex-governador do Ceará Tasso Jereissati.

Na pasta da Saúde, Serra havia obtido mais tempo de televisão, durante o mandato de FHC, que o próprio presidente. Tratando de temas gerais relativos à saúde, Serra estava

ganhando espaço no cotidiano da população, pelas aparições em horários nobres e em programas de alta audiência (Almeida, Garrido, 2022, pp 96- 111).

Além disso, Serra estava estruturando junto ao PMDB uma forte bancada legislativa, que havia conquistado importantes posições no poder Legislativo. Com isso, era o candidato favorito de FHC e do PMDB, que indicou a deputada Federal pelo Espírito Santo, Rita Camata, para vice na chapa.

Também como adversária de Lula, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PFL), filha do ex-presidente José Sarney, era outra candidata forte. Nas primeiras pesquisas de intenção de voto que saíram para aquela eleição, Roseana estava na segunda posição, bem próxima de Lula, que liderava. Porém, a Polícia Federal deflagrou uma operação anticorrupção que atingiria em cheio uma empresa de seu marido e o governo do Estado. Com a repercussão negativa, Roseana desistiu da candidatura. A família Sarney, após o episódio, declarou apoio a eleição de Lula. O partido de Roseana, PFL, por sua vez, declarou apoio a Serra.

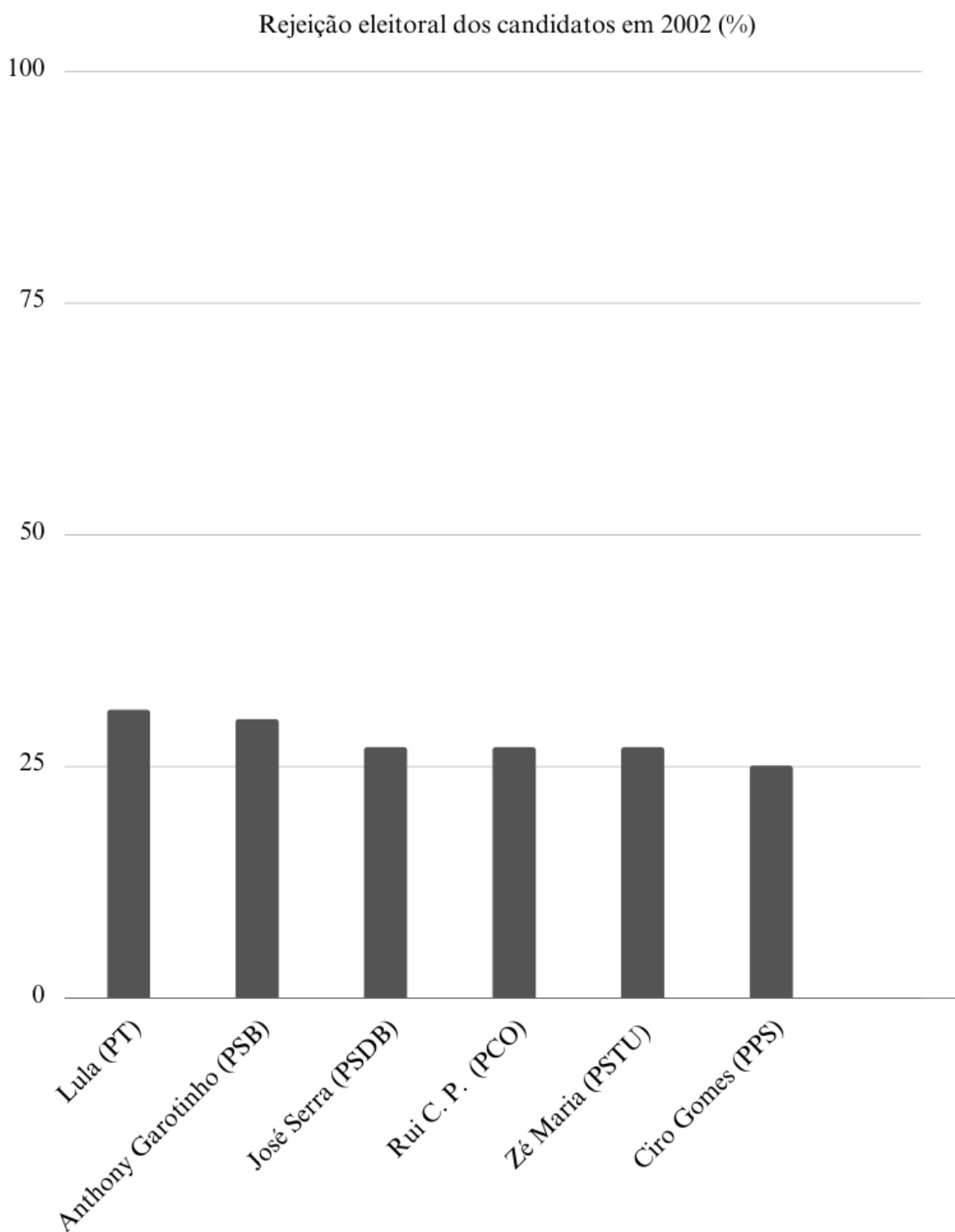
No primeiro turno, Lula largou na primeira posição, com 46,44% dos votos válidos. José Serra (PSDB) ficou em segundo, com 23,20% dos votos. Nesse episódio, ao contrário dos anteriores, haveria espaço para uma terceira candidatura, já que os dois primeiros, somados, concentraram menos de 70% dos votos válidos.

Além de Lula e Serra, disputaram o primeiro turno Anthony Garotinho (PSB), que teve 17,87% dos votos; Ciro Gomes (PPS), que teve 11,97%; José Maria de Almeida (PSTU), com 0,47%; e Rui Costa Pimenta (PCO), que teve 0,05%.

No segundo turno, disputado entre Lula e Serra, os terceiro e quarto colocados, Garotinho e Gomes, declararam apoio ao petista. Lula sagrou-se vitorioso, com 61,27% dos votos, enquanto Serra marcou 38,73%. Lula venceu em 25 estados e no Distrito Federal. Serra, por sua vez, venceu apenas em Alagoas. A base petista de apoio estava concretizada e Lula, na quarta tentativa, estava eleito presidente da República.

Foi a partir daí, em 2002, que essa e as futuras eleições presidenciais seriam conquistadas pelo PT. Apenas em 2018, ano em que Jair Bolsonaro (PSL) venceu, o PT foi derrotado, após Lula, principal candidato nas pesquisas de intenção de voto, ser considerado inelegível e seu vice, Fernando Haddad (PT) disputar as eleições. Nas demais, o PT sagrou-se vencedor.

Nas vésperas da eleição, o Datafolha projetava, em sua sondagem de 30 de agosto, que Lula (PT), o principal candidato, liderava o índice de rejeição com 31%. Anthony Garotinho (PSB), aparecia na segunda posição, com 30%. José Serra (PSDB), o candidato da continuidade de FHC, aparecia com 27%, mesmos valores para Zé Maria (PSTU) e Rui Costa Pimenta (PCO). Ciro Gomes (PPS), tinha 25%.



Fonte: Datafolha (30/08/2002). Elaboração do gráfico pelo próprio autor.

Mesmo liderando a rejeição eleitoral, Lula havia conseguido reduzi-la em 4 pontos desde a sondagem das vésperas da eleição de 1998, que marcava 35%. José Serra via o valor de sua rejeição ser maior que a de FHC em 1998. Os ônus do governo atingiam o candidato da sucessão. Para as bases que elegiam Lula, o PSDB não agradava, sua rejeição era significativamente maior para o eleitorado de Lula que para os demais candidatos, como demonstrado anteriormente. O PT, por sua vez, possuía rejeição eleitoral por seus temas defendidos, à esquerda do espectro político, mas sem uma estrutura enraizada que o partidarismo negativo daria ao antipetismo ao longo dos mandatos petistas. O PT e o PSDB possuíam a força necessária para garantirem a primeira e a segunda posição nas eleições. Da mesma maneira, já ia se estruturando a rejeição necessária a eles para a notável ascensão do partidarismo negativo.

4.5) Eleições presidenciais de 2006.

Lula, enquanto presidente, marcava, no fim do seu primeiro mandato e nas vésperas da eleição, 47% de aprovação em sondagem do DataFolha. O índice regular, por sua vez, era de 34% e “ruim ou péssimo” somavam 17%. Em seu primeiro mandato, o país registrou bons índices de crescimento econômico e de geração de emprego, além de redução da desigualdade social e saldos positivos na balança comercial. A China, que quebrava recordes de crescimento econômico na época, buscava fornecedores de *commodities*. O Brasil, como um dos principais produtores mundiais, obteve saldos positivos no comércio internacional, permitindo que o Estado brasileiro passasse a ser mais atuante na vida da população, já que possuía mais recursos para serem investidos.

Além disso, na própria plataforma de governo, Lula defendia a intervenção estatal em aspectos da vida do cidadão. Seu governo é marcado pela expansão de programas sociais assistencialistas, que iniciaram ainda em Fernando Henrique Cardoso, e pela criação de outros, como o Bolsa-Família, Minha Casa Minha Vida, Fome Zero e o SisU, entre outros. Assim, desenvolvendo programas de transferência direta de renda e contribuindo para melhorias significativas na moradia, educação e emprego das classes

mais baixas, Lula soube aproveitar bem o ambiente internacional favorável para suas políticas voltadas aos mais pobres (Almeida, Garrido, pp 114-131).

Lula liderava as pesquisas de intenção de voto durante todo o mandato. Mesmo no pior momento, durante a eclosão do ‘escândalo do Mensalão’, Lula se mostrava um forte candidato, já que manteve, segundo o DataFolha, índices de aprovação acima de 28%, em agosto de 2005, durante o escândalo. Logo após o início das denúncias de pagamentos regulares a parlamentares para votar conforme interesse do Governo Federal, o Partido dos Trabalhadores rapidamente atuou para blindar Lula da repercussão política do caso.

Na denúncia, estavam envolvidos, entre outros, o ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, acusado pelo deputado-Federal Roberto Jefferson como mentor do esquema, e o publicitário Marcos Valério. Com a cassação de Dirceu e a investigação envolvendo parlamentares de vários partidos, Lula não teve impacto significativo em suas intenções de voto para a eleição, dada a popularidade de suas ações governamentais, ainda que na época, como visto, o DataFolha indicasse queda de aprovação e aumento de rejeição, mas que seriam resgatados com o tempo. A saída de José Dirceu do alto escalão diminuiu os atritos e levou consigo parte do desgaste trazido pelas denúncias de compras de voto.

O tema corrupção, como analisado por Rennó, aparecia em menções de eleitores como o principal problema do país para 30% deles.

“Corrupção e escândalos afins foram temas centrais das eleições de 2006. Dados de opinião pública, apontados pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), deixam claro: 30% dos eleitores brasileiros indicaram a corrupção e escândalos decorrentes como o principal tema da campanha” (RENNÓ, 2007, p.261).

O tema seria amplamente utilizado por adversários, portanto. Mas, ainda assim, Lula era favorito à reeleição nas eleições de 2006. Mais uma vez, tínhamos a concentração da maioria de votos em dois candidatos ‘definidos’: o candidato petista e seu principal adversário. Em Rennó, encontra-se que:

“Claramente, os escândalos de corrupção não foram suficientes para levar Lula à derrota. Possíveis lealdades de mais longo prazo, como visões sobre os partidos políticos, além de avaliações retrospectivas

e visões sobre a economia tiveram maior importância. Portanto, houve voto retrospectivo, só que mais fortemente influenciado por fatores clássicos, como visões sobre a economia ou avaliações gerais do governo” (RENNÓ, 2007, p.278).

Os “fatores clássicos” mencionados pelo autor dizem respeito, inclusive, aos aspectos positivos que as políticas sociais de Lula tiveram perante o eleitorado, especialmente o de baixa renda. Com isso, e com o afastamento do presidente pelo PT das denúncias ocorridas durante o mandato, Lula seguia competitivo.

Entre o PSDB, principal opositor do governo Lula, o escolhido foi Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo e ex-deputado Federal, após a desistência de José Serra, favorito pela cúpula do PSDB¹.

Sua campanha possuiu como título “Caminhos para o Desenvolvimento”, propondo redução de impostos, desenvolvimento econômico e melhorias em aspectos sociais, como saúde, educação e segurança. Alckmin usou do escândalo do Mensalão para marcar distância do presidente Lula e posicionar-se como o principal adversário.

Lula, porém, mantinha o favoritismo. O instituto DataFolha marcou, ao longo da campanha, índices de intenção de voto acima de 50% para o presidente, o que garantiria uma vitória já em primeiro turno. Nas vésperas da eleição, porém, pessoas ligadas à campanha de Lula acabaram envolvidas em uma outra operação da Polícia Federal, o ‘escândalo do Dossiê’, em que estariam montando dossiês contra Alckmin e José Serra. Com isso, o DataFolha aponta uma ligeira queda de intenções de voto em Lula, que chega à véspera da eleição com 50% das intenções.

No primeiro turno, Lula obteve 48,6% dos votos. Alckmin, na segunda posição, ficou com 41,63%. Outra vez, os dois principais candidatos não davam espaço para outras candidaturas. Somados, Lula e Alckmin concentraram 90% dos votos.

Também concorreram os seguintes candidatos: Heloísa Helena (PSOL), que teve 6,85% dos votos; Cristovam Buarque (PDT), com 2,64%; Ana Maria Rangel (PRP), com 0,13%; Eymael (PSDC), com 0,07%; e Luciano Bivar (PSL), com 0,06%.

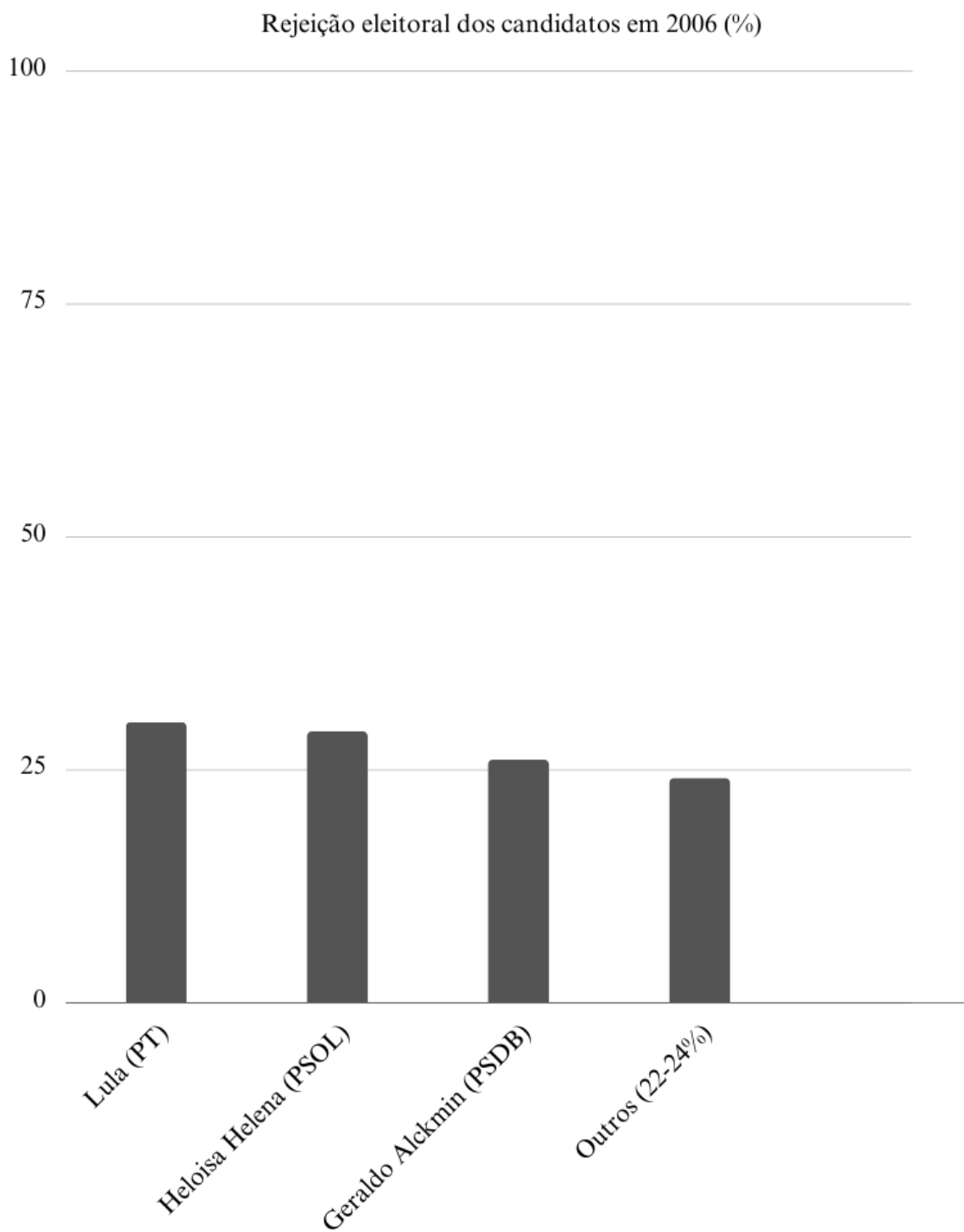
Portanto, a concentração de votos em Lula e em seu principal adversário é clara. Se comparada a eleição anterior, a terceira posição, dessa vez com Heloísa Helena, perdeu

espaço, já que Garotinho havia tido quase 18% dos votos anteriormente, enquanto Heloísa não chegou a 7%.

Nas vésperas das eleições, no primeiro turno, Lula (PT) liderava a rejeição, assim como liderava a intenção de votos. Na primeira posição, o petista tinha na pesquisa do Datafolha, de 22 de setembro, 30% de rejeição eleitoral. Geraldo Alckmin (PSDB), que teve a segunda maior votação, aparecia na terceira posição, com 26% de rejeição. Heloisa Helena (PSOL) estava na segunda posição, com 29%. Os demais candidatos oscilavam entre 22 e 24%, em taxas semelhantes, portanto.

Assim como a rejeição ao PT era a maior nessa medição, o PSOL, partido recém fundado a partir do próprio PT aparecia com rejeição semelhante. A base eleitoral que rejeitava Lula também apresentava o mesmo comportamento com relação ao outro partido, mais à esquerda que o PT.

Com um mandato já realizado e com a eclosão do primeiro escândalo de corrupção que atingia o partido, Lula vê sua oposição se consolidar. O antipetismo começa, nesse período, a tomar corpo. Sua força política era tamanha que tal rejeição não conseguiu impedi-lo de se reeleger, mas era também suficiente para a manutenção dos tucanos como a segunda força política mais relevante nas disputas presidenciais, apoiados não apenas na força do partido, mas também como o principal movimento de oposição aos petistas. Deixa-se de ser apenas rejeição eleitoral e passa-se a perceber em parte significativa do eleitorado a estruturação do apoio partidário negativo, guiado pela rejeição. É um pontapé do antipetismo que se inflaria pelo partidarismo negativo.



Fonte: Datafolha (22/09/2006). Elaboração do gráfico pelo próprio autor.

4.6 As eleições presidenciais de 2010:

Lula, já no segundo mandato, não poderia concorrer a um terceiro. O instituto DataFolha registrou pesquisas no fim do segundo mandato do petista que apontavam para mais de 80% de aprovação da gestão de Lula. Em outubro, mês das eleições presidenciais, Lula alcançava 83% de avaliação “ótimo ou bom”. Dessa maneira, Dilma Rousseff, a candidata escolhida por Lula para sua sucessão, seria uma forte candidata.

A ex-ministra de Minas e Energia e da Casa Civil de Lula, em junho daquele ano, já se mostrava em tendência de liderança da corrida presidencial, pelo crescimento exponencial que apresentou. Pelo DataFolha, em junho, José Serra aparecia em primeiro lugar, com 39% das intenções de voto. Dilma, por sua vez, estava em segundo lugar, com 37%. Marina Silva, do PV, estava em terceiro, 9%. Em meados de julho, Serra cai dois pontos, liderando com 37%. Dilma, cai apenas um, com 36%. Marina sobe 1 ponto, passando para 10%. A partir de agosto, porém, a petista marcou 41%, enquanto Serra cai para 33%. Marina manteve os 10%.

Em outra eleição na qual a maioria dos votos estava concentrada nas candidaturas do PT e do PSDB, Marina Silva, a terceira colocada em outubro, conseguiu 19,33% dos votos. Dilma Rousseff largou na frente, com 46,91%. José Serra estava em segundo, com 32,61%, disputando o segundo turno com Dilma.

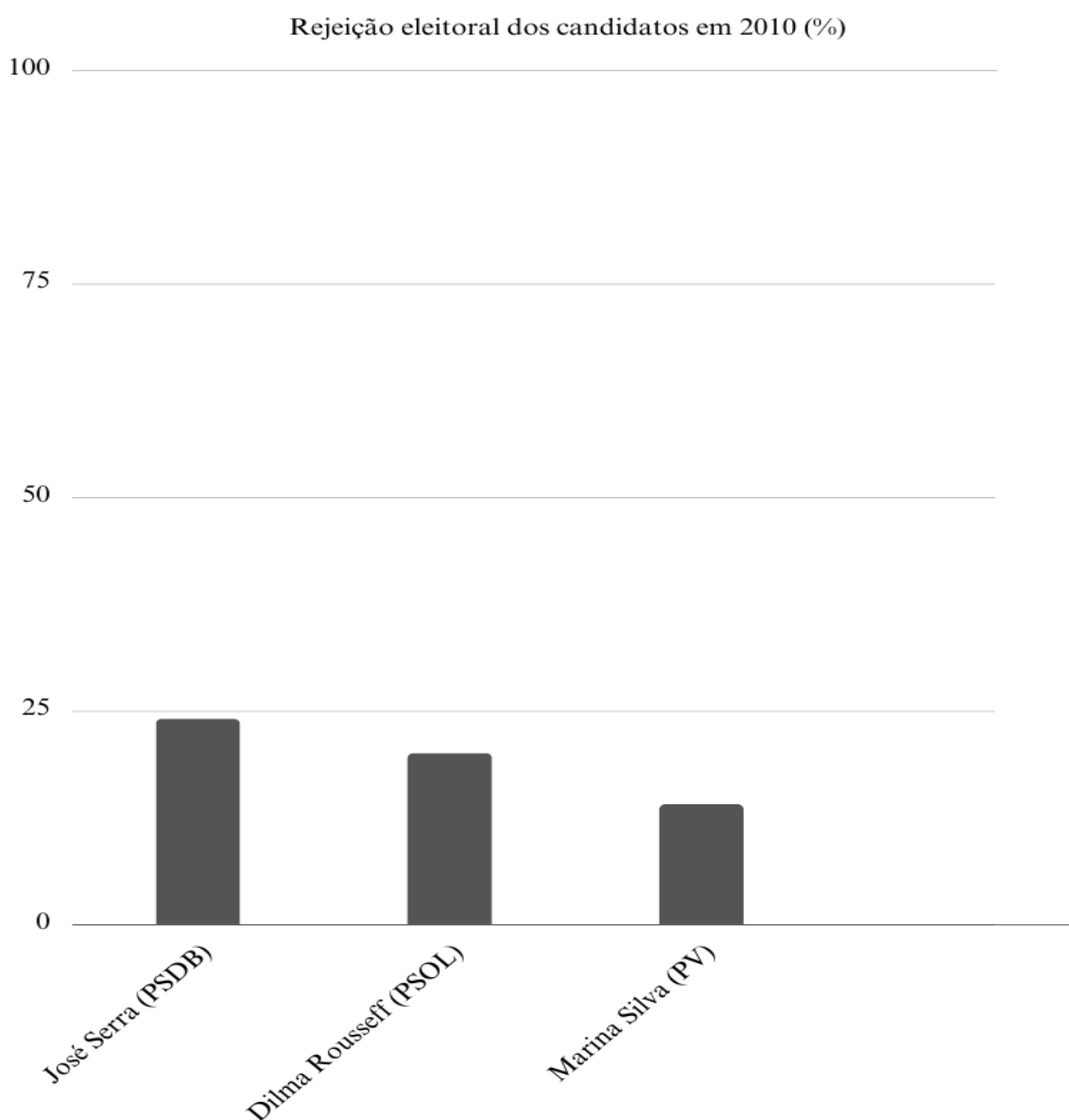
Portanto, vê-se que ainda que Marina tenha alcançado praticamente 1/5 dos votos, o candidato tucano e a candidata petista somavam praticamente 80% dos votos. No segundo turno, Dilma Rousseff venceu com 56,05%. Serra fez 43,95%.

Disputaram, além dos três principais candidatos citados, outros seis. Plínio de Arruda Sampaio, candidato do PSOL, fez 0,87% dos votos no primeiro turno. José Maria Eymael, do PSDC, fez 0,09%. José Maria de Almeida, do PSTU, fez 0,08%. Levi Fidelix, do PRTB, fez 0,06%. Ivan Pinheiro, do PCB, fez 0,04%. Rui Costa Pimenta, do PCO, fez 0,01%. Como padrão, as eleições brasileiras apresentam, de fato, um número significativo de candidatos. Propostas distintas e partidos distintos. Porém, como visto, boa parte não se torna competitiva. Há pouco espaço para crescimento fora da disputa antagônica entre o candidato do PT e seu principal rival.

Marina Silva, do PV, surpreende por ter alcançado quase 20% dos votos no primeiro turno. A candidata, porém, foi ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, entre 2003 e 2008, no governo Lula, e disputou internamente, com Dilma, a posição de sucessora de Lula. Em 2009, saiu do Partido dos Trabalhadores para filiar-se ao Partido

Verde. Portanto, era alguém de “dentro” do governo, que havia sido ministra de Lula por anos e que, em sua candidatura, representava, em alguma medida, a continuação do que Lula havia feito, ainda que com diferenças importantes. Dessa forma, não representava, de fato, uma candidatura que saísse da alçada do fenômeno que a pesquisa busca destacar, como a candidatura de Garotinho em 2002.

Se as sondagens de julho do instituto Datafolha apontavam para a liderança na disputa por Dilma Rousseff (PT). Seguida por José Serra (PSDB) e, em terceiro lugar, Marina Silva (PV), da mesma forma, na rejeição, os três candidatos lideravam. José Serra, porém, era quem aparecia na frente, com 24% de rejeição. Dilma marcou 20%. Marina, por sua vez, 14%.*



Fonte: Datafolha (01/07/2010) *Não foram mencionados os demais candidatos.
Elaboração do gráfico pelo próprio autor.

Dilma, a candidata do PT, e José Serra, o principal adversário, lideraram as intenções de voto e também a rejeição. O polo que apoiava um deles, rejeitava o outro. Eram fortes o suficiente para evitar o crescimento de outros nomes a ponto de desbancá-los, mas também não eram fortes o suficiente para afastar a rejeição do polo oposto. Com isso, disputaram em segundo turno. Aqui, o partidarismo negativo em proporção grande já é notável, dada a rivalidade dos partidos e seus antagonismos. A liderança das duas candidaturas nas disputas por rejeição é sintoma disso. O candidato preferido do grupo era o mais rejeitado pelos adversários e vice-versa.

Em 2010, Dilma havia sido eleita a primeira mulher a presidir a República brasileira, como representante da continuidade do modelo lulista de governo. Sucessora de Lula, herdou benesses de um presidente popular, mas também desafios, especialmente econômicos. O instituto DataFolha, em pesquisa divulgada no terceiro mês de governo, aponta que Dilma recebeu 47% de avaliações como “ótimo ou bom”, 7% como “ruim ou péssimo” e 34% como “regular”. Um recorde para o início de governo de presidentes. Um ano depois, em abril de 2012, o DataFolha registraria 64% de avaliação “ótimo ou bom”, 5% como “ruim ou péssimo” e 29% como “regular”. Porém, é em seu período de governo que denúncias de corrupção na Petrobras são amplamente divulgadas e, especialmente no segundo mandato, sua governabilidade é profundamente dificultada pelos avanços das investigações e pela guinada oposicionista dos partidos de centro que a apoiavam. Em dezembro de 2014, já reeleita, portanto, Dilma marcava 42% de “ótimo ou bom”. Em fevereiro de 2015, porém, a avaliação despenca para 23%. O “ruim ou péssimo”, por sua vez, subiu de 24% para 44% nesse período.

É no segundo mandato, marcado pela sua derrubada, que há alterações no cenário político brasileiro, em que o PSDB deixa de capitalizar o voto antipetista, que migra para Bolsonaro em 2018.

Um acontecimento é marcante, entre tantos, no primeiro mandato de Dilma: as jornadas de Junho de 2013. Mais 500 cidades no país apresentaram manifestações massivas, cujas pautas reivindicatórias eram difusas, mas concentravam-se em alguns temas comuns, como reclamações pelo aumento das tarifas no transporte público, violência policial, problemas na segurança pública, investimentos públicos altos em

eventos esportivos como as olimpíadas e a Copa do mundo, problemas nos serviços de saúde pública e falta de investimentos em educação, entre outros.

Portanto, como é sabido, as jornadas de Junho foram protestos que evidenciavam insatisfações de milhões de pessoas com a política de forma geral. Suas pautas eram generalistas e mostraram a insatisfação com os rumos do país. Tais manifestações, enquanto ato concreto, foram sinais de mudanças comportamentais no eleitorado que estavam crescendo e apareceriam, de forma mais expressiva, ao longo dos anos seguintes.

Com as respostas do governo, que incluíam inclusive medidas para prorrogar a manutenção dos preços dos transportes, Dilma conseguiu se reeleger em 2014. O cenário, porém, já não era o mesmo e Dilma é derrubada antes de completar o mandato.

4.7) As eleições presidenciais de 2014.

Candidata à reeleição, a então presidente Dilma Rousseff era o nome do PT para a disputa. Do lado tucano, Aécio Neves, ex-governador de Minas Gerais e então senador da República pelo estado, foi o escolhido.

Em uma disputa cujo componente de rejeição era fundamental, os dois candidatos encabeçaram a eleição mais apertada da história eleitoral do país até então. No primeiro turno, Dilma Rousseff fez 41,59% dos votos. Aécio Neves, por sua vez, 33,55%. Os dois, portanto, passariam ao segundo turno. Outros 9 candidatos também estavam na disputa. Marina Silva, pelo PSB, acabou em terceiro lugar, com 21,32%. Luciana Genro, do PSOL, fez 1,55%, em quarto lugar. Pastor Everaldo, do PSC, fez 0,75%. Eduardo Jorge, do PV, fez 0,61%. Levy Fidelix, do PRTB, fez 0,43%. José Maria de Almeida, do PSTU, fez 0,09%. José Maria Eymael, do PSDC, fez 0,06%. Mauro Iasi, do PCB, fez 0,05%. Em último, Rui Costa Pimenta, do PCO, fez 0,01%.

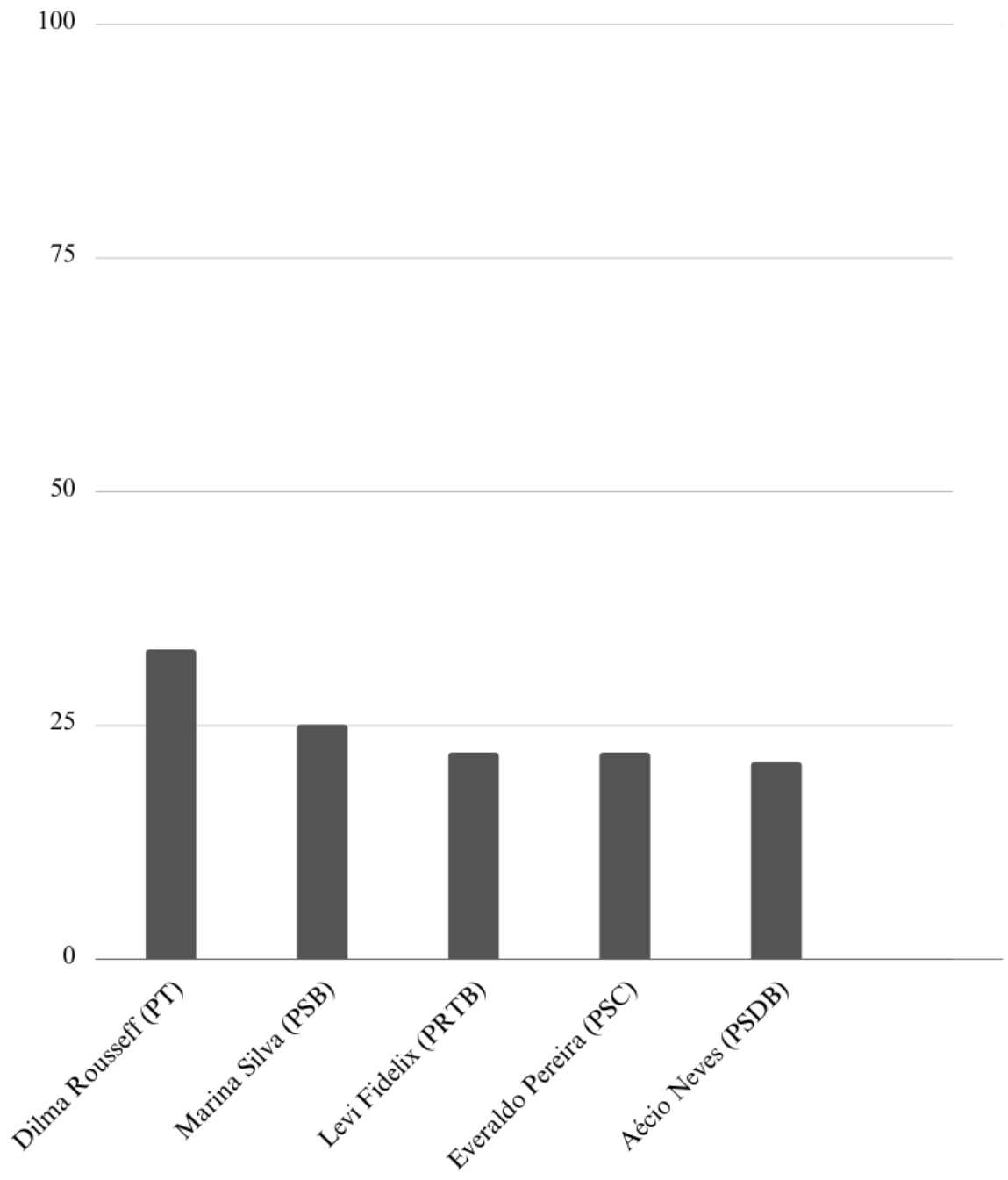
Como visto, Dilma e Aécio concentraram mais de 75% dos votos válidos. Dilma, presidente em exercício, contou com o apoio do PT e do então ex-presidente Lula. Aécio, enquanto candidato tucano, contava com os votos antipetistas em massa, ainda que divididos em parte com Marina Silva.

No segundo turno, Dilma derrotou o tucano com 51,84%. Aécio, por sua vez, apoiado por Marina Silva, fez 48,36%. O cenário apresentava, de fato, um país dividido eleitoralmente. Dilma, a vitoriosa, encararia uma oposição forte em seu segundo mandato.

Nas vésperas das eleições, era Dilma Rousseff (PT) quem liderava a intenção de votos pelo instituto Datafolha. Aécio Neves (PSDB) aparecia em segundo lugar. Para a rejeição, Dilma também liderava, com 33% de rejeição. Nessa data especificamente, em 02 de outubro, Aécio Neves aparecia em quinto lugar, com 21%, atrás também de Marina Silva (PSB) com 25%, de Everaldo Pereira (PSC) com 22%, e de Levi Fidelix (PRTB), também com 22%. Porém, pelo número muito próximo desses candidatos, Aécio foi oscilando entre a segunda e a quinta posição nas pesquisas ao longo das semanas que antecederam a eleição. Dilma esteve o tempo todo dessa reta final como a candidata mais rejeitada.

Ao passarem para o segundo turno, Dilma e Aécio veem, como é de se esperar, suas rejeições crescerem. A de Aécio, porém, ultrapassa a de Dilma na reta final da eleição. O Datafolha aponta que em 25 de outubro, Aécio tinha 41% de rejeição, enquanto Dilma tinha 38%.

Rejeição eleitoral dos candidatos em 2014 (%)



Fonte: Datafolha (02/10/2014). Elaboração do gráfico pelo próprio autor.

Tanto em seu primeiro mandato, quanto no discurso eleitoral de sua campanha à reeleição, Dilma defendia a manutenção de políticas econômicas vividas pelo governo Lula. Portanto, com uma postura defensora do papel do Estado enquanto indutor da economia e um importante investidor em políticas sociais.

Porém, dado o cenário econômico do momento, Dilma, para agradar setores ligados ao mercado financeiro e tentar frear a ameaça de recessão econômica, indica o ex-banqueiro Joaquim Levy para o posto de ministro da Fazenda logo no primeiro ano do segundo mandato. Além do gesto, o governo passou, de fato, a aplicar medidas de austeridade fiscal, que envolviam cortes em setores importantes, para buscar superávits primários, defendidas por membros do próprio governo, como o senador Jacques Wagner¹. Com isso, o descontentamento das bases petistas ficou evidenciado, dada a contrariedade do discurso de campanha e a postura do governo.

As medidas de ajuste fiscal adotadas através de Medidas Provisórias desagradavam desde movimentos sindicais, que alegavam perdas de direitos trabalhistas fundamentais, até o empresariado, que manifestava contrariedade ao aumento da carga tributária. O DataFolha, em fevereiro de 2015, divulga pesquisa em que para 60% dos eleitores, Dilma havia mentido na campanha. O sinal estava claro, portanto. Dilma, para adequar as contas públicas à ‘austeridade’, estava indo contra aquilo que havia prometido.

Os conflitos e disputas permaneciam, enquanto o cenário econômico do país piorava. Soma-se a isso o avanço violento da Operação Lava-Jato, que atingia o governo e todos os principais partidos políticos em cheio. Em dezembro de 2015, o ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB), então presidente da Câmara dos Deputados, aceita um dos pedidos de Impeachment protocolados contra a presidente. Para a classe política, avaliava-se que Cunha estava retaliando o PT e Dilma por terem negado votar favoravelmente ao deputado no Conselho de Ética da Casa, que posteriormente cassou seu mandato. Fato é que Cunha rompe com o governo e abre o processo. Por seus crimes, é cassado e preso pouco tempo depois.

Pelo peso político do PMDB até então, o cientista político Alberto Carlos Almeida resume que se um dos grandes feitos de Lula foi a aliança criada com o PMDB, a de Dilma, com consequências desastrosas, foi desfazer essa aliança (Almeida, Garrido, 2022, p 153).

O estrago estava feito. Em janeiro de 2016, pesquisa do DataFolha apontou que 5% apenas dos entrevistados apontavam o governo como “ótimo ou bom”, enquanto 79% avaliaram como “ruim ou péssimo”. Em abril, a Câmara autorizou o Senado Federal a instaurar processo de Impeachment contra Dilma, por 367 votos favoráveis a 137 votos contrários. Neste meio tempo, vale destacar o rompimento do vice-presidente, Michel Temer, com o governo. Com isso, Dilma perdia apoio de um dos principais partidos até então, o PMDB, que passaria a fazer oposição ao governo mesmo estando dentro dele, com a vice-presidência. Com a autorização do impeachment pela Câmara, o Senado, presidido por Renan Calheiros (PMDB), abre o processo em 12 de maio de 2016. Dilma foi afastada e Temer assume como presidente interino. Em 31 de agosto de 2016, o Senado Federal confirma o impedimento, por 61 votos favoráveis e 20 contrários.

Com isso, pela primeira vez em mais de 13 anos, o PT não estava mais na Presidência da República. Além disso, estava na mira da Operação Lava-Jato, com seu principal quadro, o presidente Lula, como um dos principais investigados.

Em julho de 2017, menos de um ano após a confirmação do impedimento de Dilma, o ex-juiz Sérgio Moro condena Lula a 9 anos e 6 meses de prisão. Por ser a decisão em primeira instância, Lula recorreu em liberdade e sem perder os direitos políticos. Porém, em janeiro de 2018, a oitava turma do Tribunal Regional Federal da 4ª região confirma a condenação, aumentando a pena e, por ser a segunda instância da justiça brasileira, retirando sua elegibilidade. Neste mesmo mês, o DataFolha registrava que Lula liderava as sondagens eleitorais para a eleição presidencial daquele ano. O petista liderava com 37%, seguido por Jair Bolsonaro (PSL), com 16%.

Em abril daquele ano, o DataFolha apontava que Lula liderava com 31%, enquanto Bolsonaro marcava 15% e Marina Silva 10%. Em 18 de agosto, Lula aparecia com 39%, Bolsonaro, 19%, e Marina 8%.

Em 31 de agosto, o Tribunal Superior Eleitoral, porém, confirmou a inelegibilidade de Lula, pela Lei da Ficha Limpa. O vice na chapa, Fernando Haddad, foi alçado à primeira posição. Jair Bolsonaro, principal beneficiado, passa a posição de liderança nas pesquisas.

4.8) As eleições presidenciais de 2018:

Lula liderava as sondagens do DataFolha para as eleições de 2018 mesmo preso. Foi apenas com a confirmação pelo TSE de sua inelegibilidade que Bolsonaro, até então na segunda posição, passa a primeira posição nas sondagens do instituto. Em 10 de setembro, o DataFolha apontava que Jair Bolsonaro (PSL) marcava 24%. Ciro Gomes (PDT), 13%. Marina Silva (REDE), 11%. Geraldo Alckmin (PSDB), 10%. Fernando Haddad (PT), substituto de Lula, apenas 9%.

Porém, com o avanço da campanha, Fernando Haddad passou a, de fato, herdar o voto petista e crescer nas pesquisas. Se em 10 de setembro aquele era o cenário, já no dia 29 do mesmo mês, Haddad havia pulado para a segunda posição, com 22%. Bolsonaro continuava liderando, com 28%. Ciro Gomes estava em terceiro, com 11%. Geraldo Alckmin, 10%. Marina Silva, 5%. O cenário se manteve na pesquisa de 5 de outubro, nas vésperas da eleição. Bolsonaro liderava com 35%. Haddad estava em segundo, com 22%. Ciro, 11%. Alckmin, 8%. Marina, 4%. Alckmin, que herdava o legado tucano, concentrava em sua campanha a maior coligação partidária, que obtinha 44,8% do tempo de televisão e uma das maiores fatias de recursos de financiamento.

Vale destacar que em 06 de setembro, durante a campanha, o então candidato Jair Bolsonaro é atacado na cidade de Juiz de Fora (MG). A facada fez com que o candidato ficasse ausente da campanha por dias durante a recuperação das cirurgias que passou. No período, seus apoiadores e sua campanha atuam para converter a solidariedade gerada pelo atentado em votos. É notado um crescimento em suas intenções de voto após o fato.

Na eleição de fato, em 07 de outubro, Bolsonaro fez 46,03%. Passou para o segundo turno com Fernando Haddad, que fez 29,28%. Havia outros 11 candidatos. Foram eles: Ciro Gomes (PDT), com 12,47%; Geraldo Alckmin (PSDB), com 4,76%; João Amoedo (NOVO), com 2,50%; Cabo Daciolo (PATRI), com 1,26%; Henrique Meirelles (MDB), com 1,20%; Marina Silva (REDE), com 1%; Alvaro Dias (PODE), com 0,8%; Guilherme Boulos (PSOL), com 0,58%; Vera Lúcia (PSTU), com 0,05%; José Maria Eymael (DC), com 0,04%; e João Goulart Filho (PPL), com 0,03%.

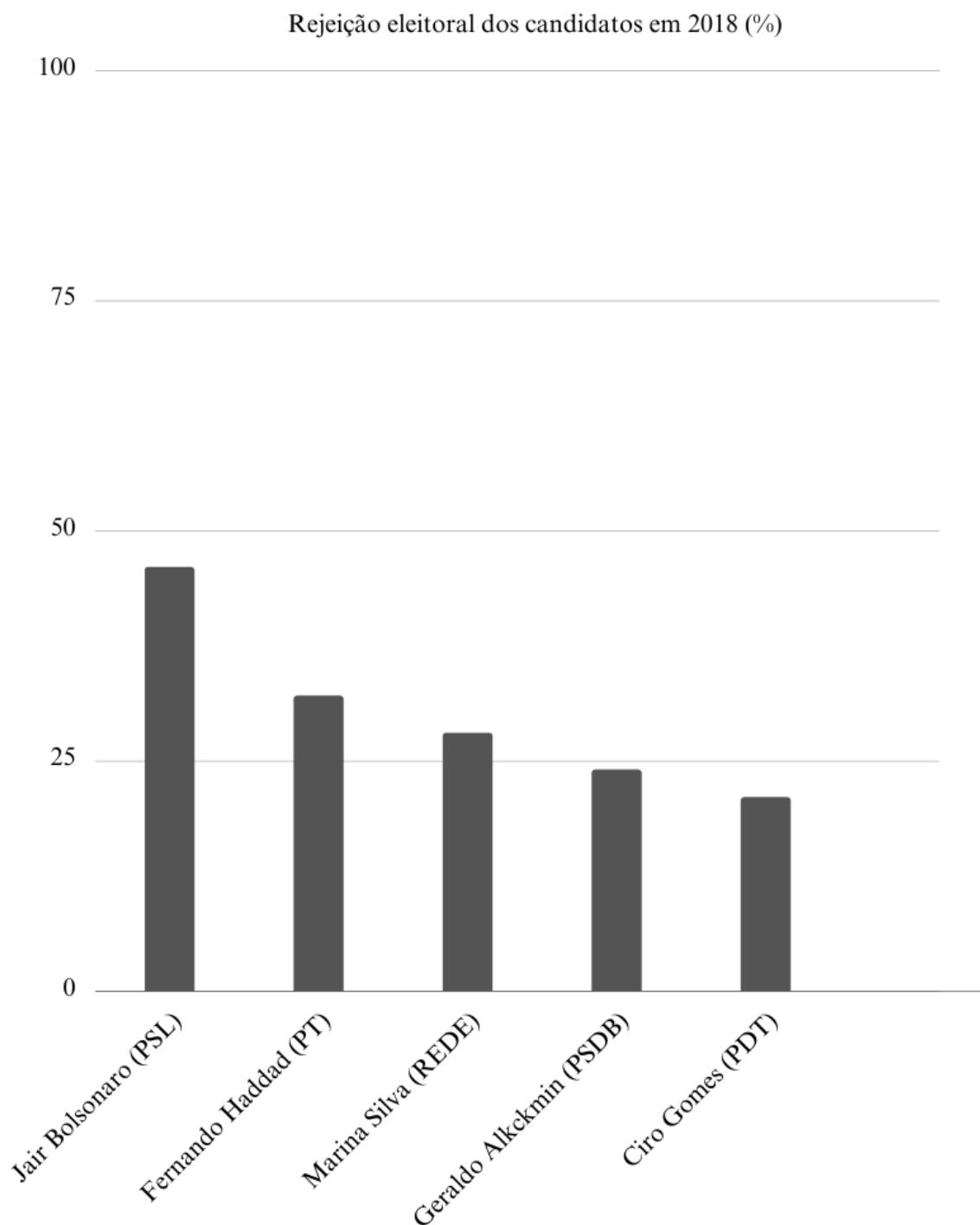
Como visto, portanto, os dois principais candidatos concentraram mais de 75% dos votos. Nada novo. A novidade, porém, era que a disputa antes concentrada entre PT

e PSDB havia terminado. Jair Bolsonaro agora concentrava a votação antipetista e era o principal beneficiado da ascensão de um movimento antipartidário generalizado e uma crise do modelo de representação. No segundo turno, Bolsonaro venceu com 55,13%. Haddad, por sua vez, fez 44,87% dos votos.

Para as eleições de 2018, o instituto Datafolha divulgou pesquisa sobre rejeição aos candidatos na véspera do primeiro turno. Lideravam, também, Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), os mesmos que lideravam as intenções de voto.

Jair Bolsonaro aparecia na frente, com 46% de rejeição. Fernando Haddad, por sua vez, estava na segunda posição com 32% de rejeição.

Marina Silva (REDE) apareceu em terceiro, com 28%. Em quarto, estava Geraldo Alckmin (PSDB) com 24%. Ciro Gomes (PDT) estava em quinto, com 21%. Todos os demais apareciam com menos de 20% cada.



Fonte: Datafolha (28/09/2023). Elaboração do gráfico pelo próprio autor.

Pela incompatibilidade de pautas, o eleitorado petista, maior força partidária do país naquele momento, rejeitava em massa o candidato Jair Bolsonaro. Da mesma forma, o eleitorado que o apoiava, rejeitava os partidos políticos tradicionais de uma maneira geral e o PT de maneira específica. O partidarismo negativo era encontrado aqui sob duas

formas que se uniam. O somatório de uma crise geral dos partidos políticos e a força enorme do antipetismo deram corpo à candidatura de Bolsonaro.

Durante seu governo, Bolsonaro encarou, entre outros problemas, a pandemia do Coronavírus. Marcado pelo embate com a vacina, questionando sua eficácia, e pelos enfrentamentos aos governadores que restringiam a livre circulação de pessoas em nome da contenção do vírus, Bolsonaro apresentou graves problemas na gestão da crise. Perdeu disputas jurídicas com os governadores no Supremo Tribunal Federal. Além disso, questões de comunicação pessoal, marcada pelo enfrentamento a jornalistas e à rispidez na formulação de respostas, afastavam o ex-presidente da pacificação nacional. Soma-se a isso uma série de outras questões, como os problemas econômicos do período da pandemia, como aumento do desemprego e a crise econômica; os enfrentamentos à urna eletrônica, que desestabilizaram a eleição, e as insinuações de golpes ao regime político vigente no Brasil.

Ao mesmo tempo, o Supremo Tribunal Federal declarava, em junho de 2021, o ex-juiz Sérgio Moro suspeito para os julgamentos de Lula. Em março do mesmo ano, o ministro Edson Fachin havia anulado as condenações de Lula na Lava-Jato, considerando que a Vara correta para os processos terem acontecido era a de Brasília, não a de Curitiba. Com isso, Lula recuperava sua elegibilidade e retornava ao campo eleitoral como principal adversário do ex-presidente Bolsonaro. Em julho daquele ano, o DataFolha projetava em suas pesquisas que Lula tinha 46% das intenções de voto para a eleição de 2022. Jair Bolsonaro aparecia em segundo lugar, com 25%.

4.9) As eleições presidenciais de 2022:

A corrida eleitoral presidencial de 2022 foi a mais apertada da história brasileira. De um lado, foi a primeira em que um presidente no cargo não conseguiu reeleger. De outro, foi a primeira, também, que um presidente no cargo encarou um ex-presidente na disputa. Indo além, foi a primeira, também, em que a abstenção no segundo turno foi menor que a do primeiro turno. Mais pessoas foram votar no segundo turno, portanto, que no primeiro.

Dessa forma, por muitas razões, as eleições presidenciais de 2022 foram únicas. Como visto, ao longo do mandato de Jair Bolsonaro, seu principal algoz, Lula, recupera seus direitos políticos após decisões do Supremo Tribunal Federal. Mais que isso, a Suprema Corte reanalisa a possibilidade de prisão em segunda instância, autorizando que Lula deixasse o regime fechado, Sérgio Moro é declarado suspeito e a competência da Vara de Curitiba é transferida para Brasília.

Bolsonaro via, portanto, ao mesmo tempo em que enfrentava problemas graves em seu governo, seu principal rival, com capacidades eleitorais de derrotá-lo, recuperar o direito de concorrer em eleições.

O ex-presidente também enfrentava uma série de acusações perante as cortes superiores. Com as possibilidades de condenações futuras aumentando, Bolsonaro opta pelo afrontamento direto aos ministros e às cortes. Questionava a legitimidade das urnas e sugeria fraude eleitoral.

Com isso, Lula e o PT encabeçam a “frente ampla” que outros partidos que buscavam criar como “terceira via”. Lula angariou o apoio de partidos localizados à esquerda, ao centro e à direita moderada. Para a posição de vice-presidente em sua chapa, Lula escolhe o ex-candidato tucano Geraldo Alckmin, recém filiado ao PSB. Alckmin, um histórico rival de Lula e do PT, aceita o convite e defende a candidatura de Lula contra Jair Bolsonaro. Os demais, fracassaram na tentativa de se apresentar como alternativa à disputa entre Bolsonaro e o PT.

Havia 11 candidatos disputando o primeiro turno das eleições. Lula, do PT, largou na frente, com 48,43%. Jair Bolsonaro, do PL, estava em segundo, com 43,20%. Simone Tebet, do MDB, ficou em terceiro, com 4,16%. Ciro Gomes, do PDT, em quarto, com 3,04%. Soraya Thronicke, do União Brasil, fez 0,51%. Felipe D’Ávila, do NOVO, fez 0,47%. Padre Kelmon, do PTB, fez 0,07%. Léo Péricles, do UP, fez 0,05%. Sofia Manzano, do PCB, fez 0,04%. Vera Lúcia, do PSTU, fez 0,02%. Por fim, Constituinte Eymael, do DC, fez 0,01%.

Como visto, os dois principais candidatos, uma outra vez, concentraram mais de 91% dos votos já no primeiro turno. A polarização e, principalmente, o tensionamento institucional que o país passou, fizeram com que a concentração recorrente de votos entre o candidato petista e o principal candidato antipetista, aumentasse significativamente. Na largada, dois nomes, dos onze disponíveis, angariaram mais de 91% dos votos. Isso é

significativamente marcante a respeito do comportamento eleitoral do brasileiro. Os dois candidatos mais votados eram, também os mais rejeitados. No cenário, a rejeição a um empurrava para o voto no outro e vice-versa. O partidarismo negativo com o antipetismo e a rejeição eleitoral a Bolsonaro atingiam seu ápice.

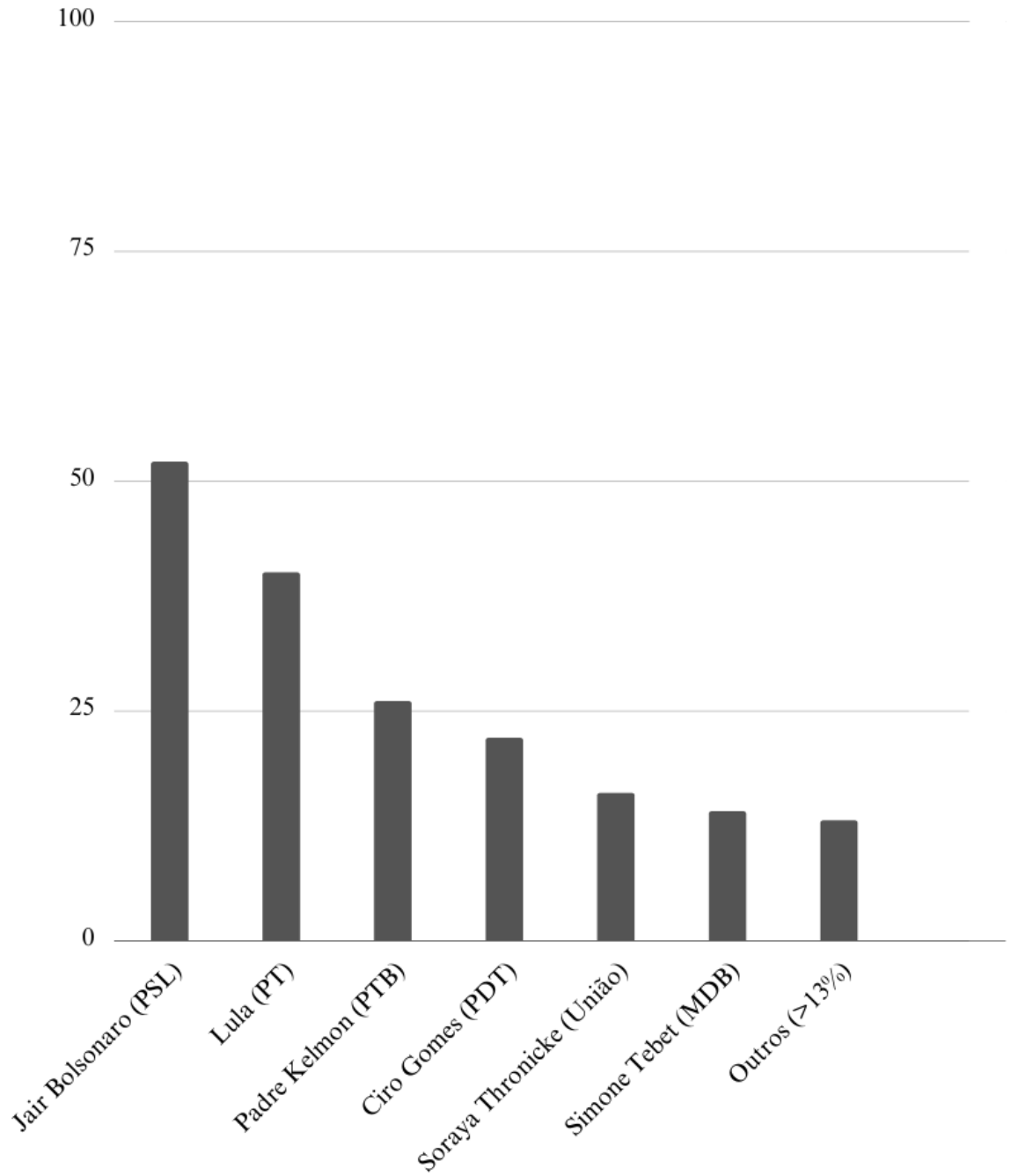
No segundo turno, Lula liderando a chamada frente ampla, que reuniu, além de seus apoiadores do primeiro turno, nomes como Simone Tebet e Ciro Gomes (com um apoio tímido e ressentido, mas que foi declarado), venceu com 50,9% dos votos. Jair Bolsonaro, por sua vez, teve 49,1%. Nas eleições mais apertadas da história, em um segundo turno que teve um presidente no cargo e um ex-presidente, o cenário que ficou foi de um país dividido e em que os principais grupos se rejeitam mutuamente.

Nas vésperas do primeiro turno, o instituto Datafolha divulgou uma pesquisa sobre as rejeições eleitorais dos candidatos. Os dois primeiros candidatos, com maiores índices de intenção de voto, Lula (PT) e Jair Bolsonaro (PL), eram, também, os mais rejeitados.

Jair Bolsonaro aparecia em primeiro lugar, com 52% de rejeição. Se considerarmos que o resultado do segundo turno deu 50,9% de votos a Lula, contra 49,1% de Bolsonaro, o dado acerca da rejeição sugere uma precisão significativa.

Lula, por sua vez, aparecia na segunda posição, com 40% de rejeição. Os demais candidatos, apareciam com menos de 27%. Padre Kelmon (PTB) liderava o grupo, com uma rejeição de 26%. Ciro Gomes (PDT), apareceu com 22% de rejeição. Soraya Thronicke (UNIÃO), 16%. Simone Tebet (MDB), 14%. Os demais, todos com menos de 13%. Nota-se claramente um antibolsonarismo muito forte, de alguma maneira semelhante ao fenômeno do antipetismo, em que a rejeição é praticamente automática, não importa quem sejam os demais candidatos.

Rejeição eleitoral dos candidatos em 2022 (%)



Fonte: Datafolha (29/09/2023). Gráfico elaborado pelo próprio autor.

Portanto, as sondagens do instituto Datafolha para as vésperas das eleições presidenciais apontam para um fenômeno curioso. São os candidatos mais votados os que, na maioria das eleições, possuem as maiores taxas de rejeição, com uma diferença significativa dos demais, especialmente em eleições disputadas e polarizadas. Quanto menos protagonismo um candidato tiver nas sondagens eleitorais, menor costuma ser a sua rejeição. Há exceções, claro, em casos de personalidades com expressão e repercussão popular, mas que não necessariamente converta tal expressão em votos, apenas em rejeição por ser um candidato conhecido por alguma razão negativa.

São poucos, por exemplo, casos em que algum candidato com uma intenção de votos grande (portanto, com preferência por parte significativa do eleitorado) tenha uma rejeição pequena, mostrando indiferença por parte do restante do eleitorado. A tendência parece ser que, se há grande apoio de uma parte, uma outra parte o rejeita.

5.0) Conclusões

Percebe-se que há, no país, um fenômeno de rejeição eleitoral que esteve em ascensão nas últimas décadas. Tal rejeição a políticos e partidos é generalizada, mas atinge, como visto, o Partido dos Trabalhadores e os seus principais rivais de maneira destacada.

Por serem os principais partidos e/ou candidatos nas eleições presidenciais do país, em todas as eleições a rejeição a esses nomes se mostra um componente importante na equação eleitoral, especialmente a partir de 1994. Pela análise histórica das eleições no país, como visto, as eleições presidenciais do Brasil foram definidas entre uma disputa que se mostrou com um padrão fixo: o candidato do PT, especialmente centralizado na figura ou no apoio de Lula, e o principal candidato rival, que consiga concentrar o voto do antipetismo e de pautas contrárias ao do PT, fosse ele Collor, alguém do PSDB ou Bolsonaro. Com Collor, como destacado, a rejeição eleitoral a Lula era bem distinta do fenômeno do antipetismo registrado depois. Durante FHC, há o início dessa estruturação.

Com isso, tais candidatos, para além dos ganhos positivos que angariavam de suas bases, herdavam, também, a rejeição eleitoral do polo oposto. O antipetismo se mostra como um dos principais elementos de impacto na expressão política do país, fora do

alcance do reduto controlado pela influência petista. Em todos os casos analisados, os candidatos que rivalizavam com o PT foram os que dominavam os votos de rejeição ao partido.

Se do lado petista há o peso da estrutura partidária, que conta com respaldo de parte significativa do eleitorado, do lado antagonista, não há tal concentração partidária, com oscilações significativas. Como visto, escolhe-se o candidato, não o partido. E mais, escolhe-se o candidato em boa parte pela rejeição ao PT, não por seu programa político de fato. Este é definido depois. Resguardada a eleição de 1989, que possuiu dinâmica própria, e as eleições de Fernando Henrique Cardoso, em que o antipetismo ainda não se mostrava como movimento estruturado, mas Lula apresentava rejeição eleitoral.

No país, como visto também, é histórica a baixa taxa de filiados a partidos políticos. Tal ideal de representatividade política através de partidos políticos não vinga em termos numéricos expressivos. O PT, porém, consegue de alguma maneira escapar de tal lógica e demonstra uma força política enorme, se comparado aos demais partidos, pelas características de organização e estrutura municipal, estadual e nacional, além de estar presente na disputa presidencial na primeira ou na segunda colocação desde a primeira eleição direta desde a redemocratização.

Da mesma forma, se é o partido com maior apoio eleitoral no âmbito partidário, é, também, o maior alvo do partidarismo negativo, com rejeições significativamente altas, no campo do antipetismo.

Portanto, a ascensão do Partidarismo Negativo no Brasil esbarra e atinge tais partícipes do processo eleitoral. As forças petistas e antipetistas são as que decidiram as eleições presidenciais brasileiras das últimas décadas, fugindo, portanto, da exclusividade de uma lógica partidária positiva e propositiva, mas guiada também pela rejeição e pelo apoio condicionado a essa rejeição.

A partir do momento em que o PT deixa de ser oposição para ser governo, com a chegada de Lula à Presidência da República pela primeira vez, é notável a alteração do comportamento eleitoral de sua rejeição. Se antes ela já existia como rejeição eleitoral que atinge a todos os candidatos e partidos, é após o início do governo que ela se estrutura em formato alinhado ao fenômeno do Partidarismo Negativo, em comportamentos de rejeição automática e proporções significativas. Da mesma maneira, o PSDB, ao passar pelo governo FHC, cria rejeição por suas pautas de defesa, especialmente com relação

aos temas de privatizações, por exemplo. Mas é com Jair Bolsonaro que o reduto eleitoral do PT estrutura uma rejeição nos moldes do antipetismo, o chamado ‘antibolsonarismo’. Batendo recordes de rejeição, Bolsonaro também é, hoje, alvo de uma rejeição estruturada aos moldes do Partidarismo Negativo, ainda que não tenha para si um partido que englobe sua história, mas vários. Em seu caso, a rejeição é maior ao seu nome do que ao partido político que ocupa, dada a transferência no meio do seu mandato presidencial.

6.0) Referências bibliográficas

ABRAMOWITZ, A; WEBSTER, S. “The rise of negative partisanship and the nationalization of U.S. elections in the 21st century”. 2016, Electoral Studies, Elsevier.

ABRAMOWITZ A. I. (2015). The rise of affective polarization in the American electorate. In Green J., Coffey D., Cohen D. (Eds.), The state of the parties: The changing role of contemporary American parties (7th ed., pp. 21-36). New York, NY: Rowman & Littlefield.

ABRAMOWITZ, A; WEBSTER, S. The Ideological Foundations of Affective Polarization in the U.S. Electorate, 2017. Fordham University.

ALMEIDA, A. C; GARRIDO, T. A mão e a luva: O que elege um presidente. Rio de Janeiro, 2022, Record.

ALMEIDA, A.C. O voto do brasileiro. Rio de janeiro, 2018, Record.

BAFUMI J., SHAPIRO R. Y. (2009). A new partisan voter. Journal of Politics, 71, 1-24.

BORGES, A., 2010. Federalismo, dinâmica eleitoral e políticas públicas no Brasil: uma tipologia e algumas hipóteses. Sociologias 12(24), pp. 120-157.

BORGES, A; VIDIGAL, R. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 24, nº 1, jan.-abr., 2018.

BRAGA, M.S.S., COSTA, V.M., & FERNANDES, J.L.M., 2018. Dinâmicas de funcionamento e controle do poder nos partidos políticos: os casos do PT e do PSDB no estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 33(96), pp. 1-26.

CAMPBELL, A., et al. *The American voter*. New York: John Wiley, 1960.

CARREIRÃO, Y.; KINZO, M. D. G. “Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil”. *Dados*, vol. 47, p. 131-168, 2004.

CARUANA, NICHOLAS J., MCGREGOR, R., MICHAEL, LAURA, B. STEPHENSON, 2014. The power of the dark side: negative partisanship and political behaviour in Canada. *Can. J. Polit. Sci.* 1e19.

CHAUÍ, M. “A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo”. P 19. In: “Por que gritamos golpe?”. Org. JINKINGS, I; DORIA, K; CLETO, M. São Paulo, 2016, Boitempo.

DOWNS, A. *An economic theory of democracy*. New York: Harper & Row Publisher, 1957.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. Livro I.

FUKS, M. RIBEIRO, E., & BORBA, J. Antipartisanship and political tolerance in Brazil. *Rev. Sociol. Polit.*, v. 28, n. 76, e009, 2020

FUKS, Mario; RIBEIRO, Ednaldo, and BORBA, Julian (2018), Polarização, antipartidarismo e tolerância política no Brasil. Paper presented at Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs. São Paulo: Anpocs.

GIMENES, E. R., et al. “Partidarismo no Brasil: análise longitudinal dos condicionantes da identificação partidária (2002-2014)”. *Revista Debates*, vol. 10, nº 2, p. 121-148, 2016.

GREENBERG, STANLEY B., 2004. *The Two Americas: Our Current Political Deadlock and How to Break it*. St. Martin’s Press, New York.

GREENE, S. 1999. Understanding party identification: a social identity approach. *Polit. Psychol.* 20 (2), 393e403.

HETHERINGTON, M.J. Resurgent Mass Partisanship: The role of elite polarization. *Am. Polit. Sci. Rev.* 95 (3) , 619-631.

- JACOBSON, GARY C., 2007. *A Divided, Not a Uniter: George W. Bush and the American People*. Pearson Longman, New York.
- JONES, JEFFREY M. IN U.S., New Record 43% are Political Independents. Gallup Poll. 2015.
- KEITH, BRUCE E., MAGLEBY, DAVID B., NELSON, CANDICE J., ORR, ELIZABETH A., WESTLYE, MARK C., 1992. *The Myth of the Independent Voter*. University of California Press, Berkeley.
- KEITH, B., et al. *The myth of the independent voter*. Berkeley: University of California Press, 1992.
- KINZO, M. D. G. “A eleição presidencial brasileira de 1989: o comportamento eleitoral em uma cidade brasileira”. *Dados*, vol. 35, nº 1, p. 49-66, 1992.
- KINZO, M. D. G. “Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 57, p. 65-81, 2005.
- KLAR, SAMARA, 2014. Identity and engagement among political independents in America. *Polit. Psychol.* 35 (4), 577e591.
- LICIO, E. C., RENNÓ, L. R., & CASTRO, H. C. DE O. Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. *Opinião Pública*, v. 15, n. 1, p. 31-54, jun. 2009.
- LIMONGI, F e GUARNIERI, F. Duverger nos Trópicos: Coordenação e Estabilidade nas Eleições Presidenciais Brasileiras Pós-Redemocratização. In FIGUEIREDO, Argelina; BORBA, Felipe (Org). *25 de Eleições Presidenciais no Brasil*. Curitiba, Ed. Appris, 2018.
- MANIN, B. *The principles of representative government*. 1995, Cambridge University.
- MANIN, B. “As metamorfoses do governo representativo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 10, nº 29, p. 5-34, 1995.
- MARTINS JR., J. P. “Modelo sociológico de decisão de voto presidencial no Brasil 1994-2006”. *Revista Debates*, vol. 3, nº 2, p. 68-96, 2009.
- MASON, L. 2013. The rise of uncivil agreement: issue versus behavioral polarization in the american electorate. *Am. Behav. Sci.* 57 (1), 140e159.

MAYER, J. How negative partisanship affects voting behavior in Europe: Evidence from an analysis of 17 European multi-party systems with proportional voting. *Research & Politics* Volume 4, Issue 1, 2017.

MEDEIROS, MIKE; NOËL, ALAIN. 2013. The forgotten side of partisanship: Negative party identification in four Anglo-American democracies. *Comparative Political Studies*, 47 (7): 1022-1046.

MEDEIROS, M; NÖEL, A. “The forgotten side of partisanship: negative party identification in four Anglo-American democracies”. *Comparative Political Studies*, vol. 47, n° 7, p. 1.022-1.046, 2014.

MIGUEL, L. F. *Democracia e Representação*, 2013, Editora Unesp.

MIGUEL, L.F. “A democracia na encruzilhada”. P 35. In: “Por que gritamos golpe?”. Org. JINKINGS, I; DORIA,K; CLETO, M. São Paulo, 2016, Boitempo.

MIGUEL, L. F. *Democracia na Periferia Capitalista: Impasses do Brasil*. Belo Horizonte, 2022, Editora Autêntica.

MOISÉS, A. J.; CARNEIRO, G. P. “Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil”. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, n° 1, pp. 1-42, jun. 2008.

NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. "As Bases Municipais da Votação de Lula em 2006". In: REIS VELLOSO, J.P. (coord.). *Quem elegeu Lula? Cadernos do Fórum Nacional*, n°6. fev. 2007

PAIVA, D., KRAUSE, S., & LAMEIRÃO, A. P. (2016). O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. *Opinião Pública*, 22(3), 638–674.

PITKIN, H. *The Concept of Representation*, 1967, University Of California Press.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. “Sentimentos partidários e atitudes políticas entre brasileiros”. *Opinião Pública*, vol. 17, n° 2, p. 333-368, nov. 2011.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. “Sentimentos partidários e atitudes políticas entre brasileiros”. *Opinião Pública*, vol. 17, n° 2, p. 333-368, 2011.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. “Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes”. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 22, n° 3, 2016.

- RIBEIRO, E., & BORBA, J. TOLERÂNCIA POLÍTICA NO BRASIL RECENTE: evolução de indicadores e condicionantes. *Caderno CRH*, 32(87), 641–657, 2019.
- RODRIGUES, A. C. Deslocamento eleitoral do antipetismo e baixo desempenho eleitoral do PSDB na eleição presidencial de 2018. 2020. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- ROSE R., MISHLER W. (1998). Negative and positive party identification in post-Communist countries. *Electoral Studies*, 17, 217-234.
- SAMUELS, D. “As bases do petismo”. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 10, nº 2, p. 221-241, 2004.
- SAMUELS, D. “Sources of mass partisanship in Brazil”. *Latin American Politics and Society*, vol. 48, nº 1, p. 1-27, 2006.
- SAMUELS, D. “A evolução do petismo (2002/2008)”. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 2, p. 302-318, 2008.
- SAMUELS, D.; ZUCCO, C. “Lulismo, petismo and the future of Brazilian politics”. *Journal of Politics in Latin America*, vol. 6, nº 3, p. 129-158, 2014.
- SAMUELS, D.; ZUCCO, C. “Partisans, anti-partisans and voting behavior in Brazil”. Paper apresentado no Encontro da American Political Science Association (APSA), San Francisco, 2-6 de setembro, 2015.
- SAMUELS, D.; ZUCCO, C. “Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans: Voting Behavior in Brazil”. Cambridge University Press, 2018.
- SINGER, A. Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, A., LOUREIRO, I. (ORGS). As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?. São Paulo: Boitempo, 2016.
- SINGER, A. O lulismo em crise. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SOARES, G; TERRON, S.L. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008, p.269-301

TAROUCO, G., MADEIRA, R. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos, Análise de um expert surveys. Civitas, Porto Alegre, v. 15, n. 1, e24-e39, jan.-mar. 2015

TORCAL, MARIANO; MONTEIRO, JOSÉ RAMÓN; GUNTHER, RICHARD. 2002. Ciudadanos y partidos en sul de Europa: los sentimientos antipartidistas. Revista Española de Investigaciones Sociológicas, 101 (03): 09-48.

VENTURI, G. PT 30 anos: crescimento e mudanças na preferência partidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

YOUNG, I. M; Inclusion and Democracy, 2000, tradução Lua Nova, São Paulo, 67: 139-190.

7.0) Notas

¹ Dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). Acesso em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/eseb>.

² Dados do Latinobarômetro. Acesso em: <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>

³ Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Acesso em: <https://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria>